

**Liz de Maria Carvalho Cosmelli de Oliveira**

**Posicionamentos da sociedade civil brasileira  
sobre o monitoramento dos Objetivos de  
Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a  
igualdade de gênero e empoderar todas as  
meninas e mulheres**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre (Opção profissional) pelo  
Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de  
Políticas Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Isabel Rocha de Siqueira

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Liz de Maria Carvalho Cosmelli de Oliveira**

A autora completou seu bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2016.

#### **Ficha Catalográfica**

Oliveira, Liz de Maria Carvalho Cosmelli de

Posicionamentos da sociedade civil brasileira sobre o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 : alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres / Liz de Maria Carvalho Cosmelli de Oliveira ; orientadora: Isabel Rocha de Siqueira. – 2019.

83 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2019.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. ODS 5. 3. Sociedade civil brasileira. I. Siqueira, Isabel Rocha de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

## Agradecimentos

Primeiramente, eu agradeço a minha família por todo apoio nessa jornada. A minha mãe Vera e minha avó Dona Ana, obrigada por sempre me guiar, pela paciência, amor e ajuda em todos os momentos em que eu precisei. Não consigo expressar em palavras o amor que eu sinto por vocês. Dedico esse trabalho e meu mestrado a vocês duas.

Às minhas quatro irmãs, Júlia, Luiza, Clara e Laura obrigada por compreender minha ausência e por todo apoio à distância. Sem as suas mensagens inspiradoras durante as noites em claro escrevendo, eu não conseguiria concluir essa etapa. À minha filha de quatro patas, Phoebe, eu só tenho a agradecer, literalmente, você não ter saído do meu lado.

Aos meus dois pais Luiz Antônio e Carlos Augusto, obrigada pelo carinho e amor. Sou muito grata por ter vocês dois ao meu lado nesse momento marcante.

Agradeço, imensamente, à Profa. Isabel Rocha de Siqueira por ter aceitado orientar a minha dissertação. Bel, a minha gratidão a você transborda os olhos. Lhe serei sempre grata pela paciência, conversas e apoios que foram além da orientação acadêmica. Obrigada por me incentivar e acreditar no meu trabalho. À Profa. Maria Elena e à minha antiga chefe, Caroline, também agradeço por terem aceitado participar da minha banca de dissertação. Meu carinho por vocês duas é imensurável.

Por último, mas não menos importante, eu destaco minha gratidão a todos os amigos que estiveram ao meu lado nesses dois anos: Isabela e Aída, obrigada por estarem ao meu lado quando eu precisei; Rebeca e Patrício obrigada pela força nesses últimos dias; Vitor, serei muito grata a todo o suporte que você me deu até aqui – muito obrigada por não desistir de mim e pelo carinho nos momentos difíceis; ter você ao meu lado fez toda a diferença nesse processo. Aos meus amigos e companheiros de mestrado, em especial, Heloisa, Clara, Arianne, Raíssa, Ted, Peres e Neninha, agradeço pela amizade, nos bons e nos desesperados momentos e por toda troca de conhecimento nesses últimos anos

## Resumo

Oliveira, Liz de Maria Carvalho Cosmelli de; Siqueira, Isabel Rocha de. **Posicionamentos da sociedade civil brasileira sobre o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas mulheres.** Rio de Janeiro, 2019. 83p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Agenda 2030 orienta as políticas nacionais de desenvolvimento nos próximos anos. A conquista da transversalização de questões de gênero na Agenda 2030 é atribuída, dentre outros fatores, à influência da sociedade civil e de organizações internacionais que trabalham com pautas de gênero e desenvolvimento, no processo de consulta para a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tendo em vista esse histórico de engajamento, o objetivo do presente trabalho é mapear como a sociedade civil brasileira atuante sob a bandeira de alcançar a igualdade de gênero está avaliando e acompanhando o cumprimento do ODS5 da agenda 2030 e quais são seus posicionamentos acerca desse monitoramento e dos indicadores relacionados. A governança por indicadores norteia as formulações de políticas internacionais; sendo assim, usar essa linguagem com uma perspectiva feminista para tornar os instrumentos de mensuração mais qualificados e benéficos para as mulheres é uma estratégia recomendada pelo presente relatório.

## Palavras-chave

ODS 5; sociedade civil brasileira.

## Abstract

Oliveira, Liz de Maria Carvalho Cosmelli de; Siqueira, Isabel Rocha de. (Advisor). **The positioning of Brazilian civil society about the monitoring of the Sustainable Development Goal 5: Achieve gender equality and empower all girls and women.** Rio de Janeiro, 2019. 83p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The 2030 Agenda for Sustainable Development will guide national development policies in the coming years. The achievement of gender mainstreaming in the 2030 Agenda is attributed, among other factors, to the influence of civil society and international organizations working with gender and development guidelines in the consultation process for the construction of the Sustainable Development Goals (SDGs). Considering this history of engagement, the objective of this paper is to map how the Brazilian civil society working under the banner of achieving gender equality is evaluating and monitoring compliance with SDG5 of Agenda 2030 and what their positions are regarding monitoring and the indicators involved. Governance by indicators guides the formulation of international policies; thus, using that language with a feminist perspective to make the measurement tools more qualified and beneficial to women is a strategy recommended by this report.

## Keywords

SDG5; brazilian civil society.

## Sumário

1. Introdução .....	11
2. A Agenda 2030 no Brasil: principais atores.....	19
2.1. Adequação das metas globais para o Brasil: ODS 5.....	21
3. Objetividade forte': o engajamento com a quantificação de forma pragmática na agenda feminista .....	26
3.1. A ONU e as Mulheres .....	29
3.2. A ONU Mulheres e a governança por indicadores .....	31
4. ODS 5: Posicionamentos da Sociedade Civil Brasileira .....	36
4.1.O Relatório Luz da Sociedade Civil sobre os ODS .....	39
4.2. Mapeamento e Entrevistas.....	40
4.2.1. ActionAid .....	41
4.2.2. Visão Mundial (World Vision) .....	45
4.2.3. Engaja Mundo .....	47
4.2.4. Artigo 19.....	49
4.2.5. Plan International Brasil e RMIG .....	51
4.3. Análise dos Resultados .....	54
5. Conclusão .....	59
6. Referências Bibliográficas .....	61
7. Anexos .....	63

## **Lista de figuras**

Figura 1 – CNODS e a interação com a sociedade civil .....	20
Figura 2 – Resumo da Proposta de Adequação de Metas do ODS 5 .....	23
Figura 3 – Meta Brasileira.....	24
Figura 4 – Monitoramento em Percentual .....	24

## Lista de quadros

Quadro 1: Indicadores Globais das Metas do ODS5 .....	20
-------------------------------------------------------	----

## **Lista de siglas e abreviaturas**

ABONG – Organização em Defesa dos Direitos e Bens Comuns

CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organizações das Nações Unidas

REMIG – Rede de Meninas pela Igualdade de Gênero

SEGOV – Secretaria de Governo

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

*“Se fere a minha existência, eu serei resistência.  
Ninguém solta a mão de ninguém”*

(Autoras desconhecidas, 2018).

# 1.

## Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), ou Agenda 2030, deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional na área de desenvolvimento nos próximos anos. A construção dessa agenda foi um processo de negociação mundial iniciada em 2013 e contou com a participação ativa do Brasil nas suas discussões e definições nesta fase de elaboração. O posicionamento do país, naquele momento, foi em favor de contemplar a erradicação da pobreza como prioridade entre as iniciativas da agenda de desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos:

1) erradicação da pobreza; 2) segurança alimentar; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água e saneamento; 7) energia acessível e limpa; 8) emprego digno e crescimento econômico 9) indústria inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades sustentáveis; 12) padrões sustentáveis de produção e consumo; 13) alterações climáticas; 14) mares e oceanos; 15) ecossistemas terrestres; 16) paz justiça e governança; e 17) parcerias em prol das metas estabelecidas. (ONU, 2015).

Alguns dos temas já estavam previstos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>1</sup> e outros foram incorporados a partir de consultas, campanhas e Cúpulas de Revisão dos ODM. Nestes espaços, a sociedade civil desenvolveu um papel crucial na inclusão de temas mais abrangentes, como, cidades sustentáveis, mares e oceanos, segurança alimentar, entre outros. Esse foi o caso, por exemplo, da Organização em Defesa dos Direitos e Bens Comuns (ABONG) e a Gestos, do Brasil, que acompanharam desde a Rio+20 o processo intergovernamental dos ODS<sup>2</sup>.

Observando-se a Agenda 2030, o Objetivo 5 - “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” – aborda tópicos importantes para avançar na agenda de gênero e desenvolvimento, incluindo o fim da violência contra mulheres e meninas, reconhecendo e valorizando o trabalho não remunerado e doméstico, buscando promover a participação e liderança igualitária das mulheres

---

<sup>1</sup> “Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais. Esse pacto acabou levando aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), oito alvos a serem alcançados até 2015, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores.” Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/atores-chave/sociedade-civil/coalicoes-e-redes/>.

e assegurando o acesso aos direitos reprodutivos (ONU, 2015). Além disso, o gênero nesta agenda é transversalizado, perpassando a maioria dos objetivos, trazendo à tona questões cruciais, como a necessidade de dar às mulheres acesso igual aos recursos econômicos, incluindo o controle sobre a terra e outras propriedades.

O ODS 5 é avaliado segundo 14 indicadores globais<sup>3</sup>. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou no ano passado uma plataforma online para que fosse possível realizar o acompanhamento dos indicadores da Agenda 2030 no Brasil. O site<sup>4</sup> disponibiliza fichas metodológicas, tabelas, gráficos e mapas. Até o presente momento, dos 14 indicadores que avaliam o cumprimento nacional do ODS5, oito ainda estão sem dados, um não se aplica ao Brasil, quatro estão produzidos e atualizados e um está em fase de construção/análise<sup>5</sup>.

As contribuições do IBGE para o monitoramento e avaliação da Agenda 2030 fazem parte do assessoramento permanente à Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

(...) vamos aproveitar a chance que a Agenda 2030 está nos dando, que é de produzir informações de forma organizada e sistematizada para auxiliar a tomada de decisão sobre políticas públicas (...) (Roberto Olinto, Presidente do IBGE, 2018).

A proposta para essa produção organizada e sistematizada é que essa análise quantitativa dos indicadores seja seguida da incorporação das avaliações da sociedade civil brasileira, através de consultas públicas<sup>6</sup>.

O IBGE lançou em 2018 o relatório *Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais* e aborda em um de seus capítulos a transição do objetivo 5 dos extenso primeiro ODM para os ODS. Como bem destacado pelo relatório, nos ODM, apenas, “(...) dois dos oito Objetivos de Desenvolvimento do

<sup>3</sup> Ver Quadro de Indicadores na tabela em anexo 1 do trabalho.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>.

<sup>5</sup> São eles respectivamente: sem dados (5.1.1; 5.2.1; 5.2.2; 5.3.1; 5.6.1; 5.a.1; 5.a.2; 5.c.1), não se aplica ao Brasil (5.3.2), produzidos (5.4.1; 5.5.1; 5.5.2; 5.b.1) e em análise/construção (5.6.2).

<sup>6</sup> Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33069](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33069).

Milênio travavam especificamente de questões relativas a gênero: ODM3 (Igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e o ODM5 (Melhorar a saúde materna)” (IBGE, 2018). Por sua vez, um levantamento realizado previamente pela ONU Mulheres sobre indicadores na pauta de gênero indicou que, embora o ODS5 contenha 14 indicadores para monitoramento específico de questões de gênero, os indicadores que se referem explicitamente ao sexo, gênero, mulheres e meninas somam 53 indicadores em toda a agenda (ONU Mulheres, 2015). A ampliação do número de indicadores sobre a perspectiva de gênero para além do ODS 5 aponta, portanto, para a transversalidade da análise do tema na nova agenda (IBGE, 2018).

Cabe ressaltar que este estudo entende a atuação feminista e da sociedade civil como uma relação equivalente, por retratar organizações ocupadas por mulheres engajadas com o monitoramento e produção de indicadores de gênero e que atuem de acordo com o ODS 5. Portanto, esses dois objetos estão inseridos um no outro. As mulheres estão ocupando esse espaço dentro das organizações abordadas neste trabalho. Logo, essa relação não será retratada de forma distanciada.

A conquista da transversalização de questões de gênero na Agenda 2030 é atribuída, dentre outros fatores, à influência da sociedade civil e de organizações internacionais que trabalham com pautas de gênero e desenvolvimento, como a ONU Mulheres, no processo de consulta para a construção dos ODS. A partir dos resultados dos ODM<sup>7</sup> foi percebido que a agenda de gênero e desenvolvimento não teria êxito sendo tratada de forma isolada. As consultas abertas à sociedade civil sugeriram “que não havia nenhuma chave mágica, como a educação das meninas, que abrisse as portas para a igualdade de gênero. Em vez disso, a desigualdade de gênero precisa ser abordada nas três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental - e em seus alicerces políticos” (UN Women, Turning Promises into Action, p. 27, 2018). O Brasil, por exemplo, não teve êxito em alcançar a igualdade de gênero, dentre outros ODM, por não ter superado o desafio acerca das desigualdades regionais, de raça, gênero e classe, segundo

---

<sup>7</sup> Ver Quadro 1.1, p. 28. Disponível em: <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2018/sdg-report-gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018-en.pdf?la=en&vs=4332>

análise realizada na plataforma digital *Estratégica dos ODS*<sup>8</sup>.

É nesse sentido, que o engajamento das organizações de mulheres liderou iniciativas para sensibilizar os governos por seus compromissos de igualdade de gênero nos ODS realizando pesquisas, analisando políticas e recomendando melhorias. Um exemplo é a série de relatórios *Spotlight*<sup>9</sup>, organizada por *Reflection Group on the 2030 Agenda for Sustainable Development*, com o apoio de organizações tais como: *Social Watch*, *Third World Network*, *Global Policy Forum*, entre outras, que analisaram e avaliaram as tendências globais e a ação política em áreas temáticas nos ODS através das perspectivas das organizações que trabalham com direitos das mulheres, desigualdades, questões ambientais e direitos humanos (UN Women, *Turning Promises into Action*, p.37, 2018). Esse tipo de sensibilização governamental relacionado com a sociedade civil pode ser compreendido pelo Relatório da ABONG (2015, p. 20).<sup>10</sup>

“(...) o fortalecimento da sociedade civil no controle social das políticas externas e na sua capacidade de articulação e incidência junto ao governo brasileiro e a outros governos estratégicos é fundamental (...)”.

Dentro desse contexto, a inclusão das experiências das organizações<sup>11</sup> como, Abong, ActionAid Brasil, Artigo 19, Fundação ABRINQ, GESTOS, Instituto Igarapé, Engaja Mundo, Plan International Brasil e Visão Mundial, que trabalham com o tema, deu origem a uma série de ações de *advocacy* nos últimos setenta anos, como consultas e elaborações de relatórios, para os Estados e para ONU que culminou nessa transversalidade de gênero na Agenda 2030 (Lopes, 2013).

A participação da sociedade civil de maneira geral tem sido central para a Agenda 2030<sup>12</sup>:

No Brasil o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, GTSC A2030, encontra-se com organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns e fundações brasileiras atuando na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030,

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/balanco-dos-odm-e-o-desafio-dos-ods/>.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.2030spotlight.org/en/book/605/chapter/national-civil-society-reports>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2015/08/a-agenda-pc3b3s-20151.pdf>

<sup>11</sup> Daqui em diante ao me referir a organizações, me refiro as essas citadas no corpo do texto.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14577.pdf>.

assim como da Agenda de Ação de Adis Abeba, em âmbitos local, nacional e internacional, incidindo sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, principalmente a ONU, com o intuito de: promover o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e às injustiças e o fortalecimento de direitos universais e indivisíveis, com base no pleno envolvimento da sociedade civil em todos os espaços de tomada de decisão.

Outro ponto que a participação ativa da sociedade civil coloca e que contribui para o processo de continuidade da Agenda 2030 é o olhar para os instrumentos de monitoramento e a implementação dos ODS. Uma das recomendações abrangentes do relatório produzido pela ONU Mulheres com foco em indicadores é “[investir em] mais e melhores estatísticas”. Elas dizem que “atualmente, não podemos realmente avaliar o que está acontecendo com mulheres e meninas em todos os 17 ODS”: seis deles, segundo a organização, não têm indicadores com menções explícitas de mulheres e meninas, e a falta de dados “oportunos e regulares” de gênero dificulta o monitoramento adequado (ONU, 2018). A ONU Mulheres, de fato, é em si um exemplo do apoio a uma abordagem quantitativa no engajamento feminista com a agenda de desenvolvimento. Entretanto, a instituição também contesta os métodos atuais, defendendo melhorias nos dados quantitativos para melhor mostrar e apoiar a igualdade de gênero.

Aqui parte-se do entendimento de que a governança por indicadores cresceu fortemente no sistema ONU e em outras esferas de tomada de decisão desde os ODM, por isso é tão importante usa-la como estratégia, ou seja, apropriar-se dessa metodologia de monitoramento: já que ela vai ser usada, que seja da maneira mais produtiva possível para as mulheres tendo em vista os resultados já obtidos no engajamento histórico para a construção de indicadores de gênero mais qualificados na Agenda 2030. Inserindo-se nesse debate sobre o valor do engajamento com a quantificação *mainstream* de temas de gênero, o presente estudo abordará primeiramente a literatura feminista sobre mensuração e produção de conhecimento.

Em seguida, o estudo foca em críticas aos ODS, baseando-se nas colocações da ONU Mulheres, como representante dessa quantificação *mainstream* crucial no seio do debate acerca dos ODS e de organizações da sociedade civil que produziram relatórios no que toca ao debate sobre lacunas e problemas de mensuração do ODS5

especificamente ou seja, organizações que são aliadas no tema, mas também muitas vezes com fortes críticas da maneira como o tema é acompanhado, o que influencia no potencial para a implementação de objetivos no setor.

O engajamento ativo da Sociedade Civil em internalizar a Agenda 2030 e especificamente o ODS5 no Brasil nunca foi tão relevante como no cenário atual. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o país ocupa a quinta maior taxa de feminicídios<sup>13</sup> do mundo, o número de assassinatos chega a 4.8 para cada 100 mil mulheres (OMS, 2017). A ONG Human Rights Watch divulgou em janeiro de 2019 os resultados de um relatório anual sobre questões de direitos humanos enfrentadas em 90 países. O relatório *World Report 2019 – Events of 2018*<sup>14</sup> destaca o problema da violência generalizada contra as mulheres no Brasil. Ele indica que a polícia não investiga devidamente milhares de casos de agressões, de maneira que muitos dos responsáveis não são processados. No fim de 2017, mais de 1,2 milhão de casos estavam pendentes nos tribunais. (*Human Rights Watch, World Report 2019*, p. 91, 2019). Além disso, o relatório cita dados que indicam 4.539 mortes de mulheres em 2017, sendo que a polícia registrou 1.133 como feminicídios.

Outro evento alarmante para a situação da mulher no Brasil que somado a esse levantamento de dados corrobora com a preocupação dos especialistas e grupos que trabalham com o combate à violência contra mulher foi o decreto<sup>15</sup> de flexibilização das regras de posse de armas<sup>16</sup>, assinado em janeiro desse ano pelo presidente Jair Bolsonaro. A revista *Gênero e Número* apontou, em janeiro de 2019, que “as mulheres são 96% das vítimas agredidas por ‘ex’ com arma de fogo após o

<sup>13</sup> Casos em que a morte da mulher foi motivada pela condição de gênero.

<sup>14</sup> Disponível em:

[https://www.hrw.org/sites/default/files/world\\_report\\_download/hrw\\_world\\_report\\_2019.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf).

<sup>15</sup> “O Decreto nº 9.685, que já está em vigor, muda as regras vigentes desde 2004 para a posse de armas no país facilitando que cada cidadão tenha a posse de até quatro armas de fogo. O texto define que não é mais necessário o aval da Polícia Federal para a posse de arma em casa – basta uma autodeclaração para que o direito a posse seja concedido – e amplia a validade do registro de 5 para 10 anos. Estão mantidas as exigências da idade mínima de 25 anos, a ausência de antecedentes criminais e de processos criminais para quem pleitear a posse. Apresentar laudo psicológico e atestado de capacidade técnica também é obrigatório.” (*Gênero e Número*, 2019). Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-sao-96-das-vitimas-agredidas-por-ex-com-arma-de-fogo-apos-fim-de-relacionamento/>.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2019/01/VERSA%CC%83O-5-D-ALT-DEC-N%C2%BA-5.123-04-SOBRE-DESARMAMENTO-L3.pdf>

fim de relacionamento” (Gênero e Número, 2019). Segundo levantamento da *Gênero e Número*, a partir de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), “as mulheres são as maiores vítimas de agressões por arma de fogo cometidas por pessoas com as quais mantêm ou mantiveram relações amorosas, como companheiros (92%), ex-companheiros (96%), namorados (90%) e ex-namorados (95%). (Sinan, 2018).

Abordando ainda a situação de mulheres e meninas no Brasil, podemos ver, por exemplo, a análise crítica sobre os ODS no relatório *As meninas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*<sup>17</sup> elaborado pela organização Plan Internacional Brasil em 2017. O relatório visa à ampliação do olhar sobre as questões que afetam a infância no Brasil utilizando um recorte de gênero – importante ressaltar que as meninas foram o sujeito determinado para a análise. De acordo, com a Plan:

Os dados desagregados e disponibilizados que existem sobre as especificidades das meninas nos permitem fazer uma análise geral sobre os grupos mais vulnerabilizados. Contudo, não são suficientes para uma análise mais acurada, capaz de aprofundar na compreensão sobre a realidade de muitos desses grupos. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de dados e recortes mais robustos sobre as meninas negras, que compõem o maior contingente populacional e que é bastante afetado pelas desigualdades e violências, bem como os grupos de meninas indígenas, quilombolas, ciganas, com deficiência etc., ainda pouco visibilizados pelas políticas públicas. As diferenças entre o rural e o urbano também mostraram, em todos os indicadores, assimetrias, revelando a necessidade de dados mais específicos sobre esse quesito, transversalizados a gênero e idade (Plan International Brasil, *As meninas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* (2017, p. 11).

Dentro deste contexto, o objetivo do presente trabalho é mapear como a sociedade civil brasileira atuante sob a bandeira de alcançar a igualdade de gênero está avaliando e acompanhando o cumprimento do ODS5 da agenda 2030 e quais são seus posicionamentos acerca do monitoramento de indicadores de gênero nesse contexto para os próximos anos. A governança por indicadores, como será indicado na próxima seção, norteia as formulações de políticas internacionais; dessa forma, usar essa linguagem com uma perspectiva feminista para tornar os instrumentos de mensuração mais qualificados e benéficos para as mulheres é uma estratégia recomendada pelo presente relatório. Para isso, porém, é necessário antes

<sup>17</sup> Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B3Rp8v\\_SLBfjeHI1U2pPWmpZcGM/view](https://drive.google.com/file/d/0B3Rp8v_SLBfjeHI1U2pPWmpZcGM/view).

compreender quais são as posições políticas dos agentes historicamente relevante nesse campo, como a sociedade civil e as feministas, frente aos desafios de um engajamento pragmático com essa quantificação.

Tendo em vista a experiência da ONU Mulheres na formulação de uma proposta de gênero mais transversalizada, na Agenda 2030, ou seja, considerando tudo que a organização realizou, que pode ser identificado em pesquisas e dados existentes, foram colhidas as informações para a pesquisa e embasamento teórico.

A metodologia deste estudo parte de uma análise de dados de relatórios substanciais e complementada pela realização de entrevistas, em ambos os casos com o recorte da sociedade civil que tem a agenda feminista - atores que estão engajados na participação do processo de monitoramento do ODS5 para contribuir com as discussões sobre as metas no Brasil. Os critérios de seleção para as entrevistas foram a) ter uma atuação nacional sob a bandeira de alcançar a igualdade de gênero e b) compor o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030). O estudo de caso não se limitou a mapear quais ONGs estão trabalhando neste processo, mas também levantou o conteúdo do *lobby* que está sendo feito e pontos a observar do que são as armadilhas dessa agenda do ponto de vista desses atores.

A estrutura do estudo tem continuidade com o Capítulo 2, A Agenda 2030 no Brasil: principais atores; com Adequação das metas globais para o Brasil: ODS 5. No Capítulo 3, trata-se da “objetividade forte” - um método de pesquisa proposto pela Sandra Harding que visa dar visibilidade aos grupos oprimidos, tomando-os como participantes da pesquisa e não apenas como um objeto de investigação ou como consumidores dos resultados - e o engajamento com a quantificação de forma pragmática na agenda feminista, junto à ONU Mulheres. Em sequência, são abordados o ODS 5 e os posicionamentos da Sociedade Civil Brasileira através da análise do Relatório Luz (2018) e do Mapeamento e Entrevistas das organizações da sociedade civil brasileira, no Capítulo 4; finda-se o estudo com a Análise dos Resultados e a Conclusão.

## 2.

### A Agenda 2030 no Brasil: principais atores

A Comissão de Estatística das Nações Unidas analisa e valida os indicadores que compõem os ODS. Em 2015, a Comissão criou o Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs, em inglês), com o propósito de desenvolver e implementar um quadro de indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030 no âmbito global<sup>18</sup>. Além de, ser composto por 25 representantes dos institutos nacionais de estatística dos países membros, o IAEG inclui agências regionais e internacionais. O IBGE representa os países do Mercosul e o Chile neste grupo<sup>19</sup>.

A ONU considera as metas e os indicadores *globais* fundamentais para assegurar a coordenação, comparabilidade e o monitoramento dos progressos dos países. Tal acompanhamento permite identificar os países e as áreas temáticas que necessitam de maior assistência dos organismos internacionais e de maior cooperação para o desenvolvimento. Ademais, “a organização incentiva em seus relatórios, que os países levem em consideração suas realidades e prioridades nacionais no momento de definição das estratégias a serem adotadas para o alcance dos objetivos da Agenda” (IPEA, Agenda 2030: Propostas de Metas Brasileiras, p. 13, 2017). Cabe ressaltar, no entanto, o alerta da organização para que durante o processo de adequação das metas e definição das estratégias, não se permita a redução da abrangência da agenda global.

No Brasil, a Secretaria de Governo criou em 2016 a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), com o objetivo de “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil” (Comissão Nacional ODS, 2017):

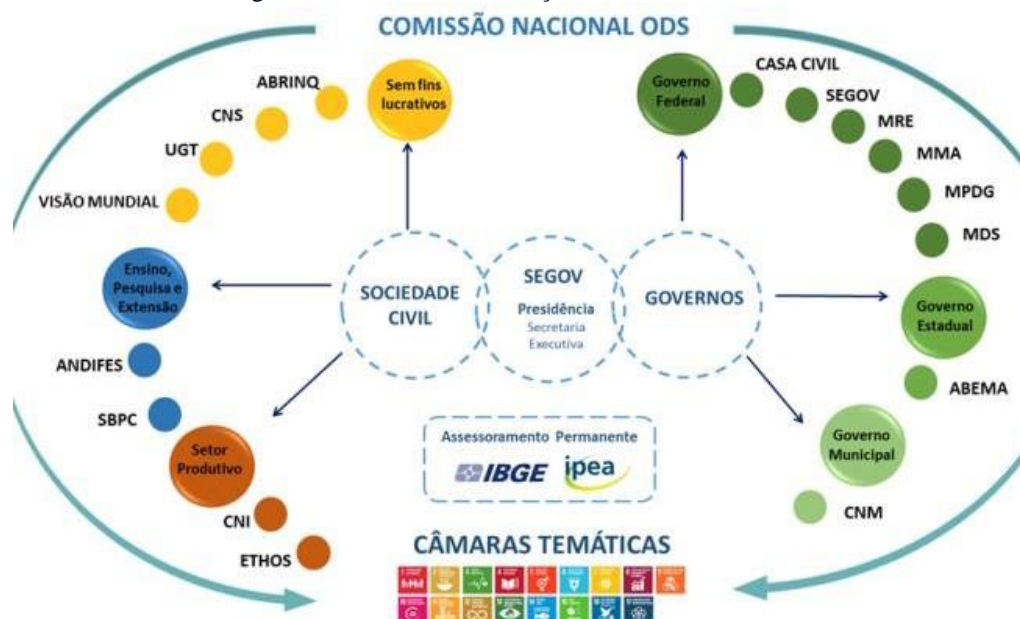
Na Figura 1, pode-se observar a interatividade entre os diversos órgãos no sistema CNODS, suas ligações governamentais, as câmaras temáticas e a relação da sociedade civil com as organizações sem fins lucrativos, instituições de ensino e pesquisa e com o setor produtivo. Além disso, faz-se nítida a interseção da

<sup>18</sup> Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/xcc/global?page=ODSnoIBGE>.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/xcc/global?page=ODSnoIBGE>.

sociedade civil com a Secretaria de Governo (SEGOV) e os Governos: Federal, Estadual e Municipal.

Figura 1 – CNODS e a interação com a sociedade civil



Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/comissao-ods>.

A Comissão (CNODS) atribuiu ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a elaboração de propostas de adequação das metas globais da Agenda 2030 à realidade da sociedade civil brasileira. Assim, o IPEA apresentou em 2018 o relatório *Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Propostas de Metas Brasileiras*, “em sintonia com a sua missão de fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas nacionais de desenvolvimento” (IPEA, Agenda 2030: Propostas de Metas Brasileiras, p. 9, 2017).

O relatório apresentou a coordenação do processo governamental de adaptação das metas estabelecidas pela ONU, iniciando a elaboração da proposta por debates através de setenta e cinco órgãos e centenas de técnicos e gestores governamentais. As sugestões elaboradas pelo Ipea e com adesão da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) foram incorporadas na proposta (IPEA, Agenda 2030: Propostas de Metas Brasileiras, p. 9, 2017).

O relatório é um exemplo dos esforços que o país, com suas características e especificidades, empreende para promover a adaptação das metas estabelecidas de acordo com sua realidade e para que os compromissos com os ODS e com a implementação das políticas públicas seja contemplado nas três esferas do país: União, estados e municípios (IPEA, 2017).

Entre os atores da sociedade civil, tendo papel fundamental para a análise do ODS 5 e para o presente trabalho têm-se as organizações feministas, essas organizações, propiciam novas conexões, se reorganizam e se reinventam, bem como têm criticado os indicadores de gênero por sua simplicidade redutora e por serem descontextualizados, deixando de abordar as complexidades e interseccionalidades inerentes às lutas por igualdade de gênero (Esquivel, 2016; Fukuda -Parr, 2016; Powell, 2016). Embora, extremamente relevantes um dos objetivos desse trabalho não será o aprofundamento dessas críticas, e sim, mostrar um pouco como o feminismo mais pragmático trabalhando com a produção de conhecimento quantificada pode ajudar a aumentar a contextualização da adversidade e objetividade que já estão presentes.

## 2.1.

### **Adequação das metas globais para o Brasil: ODS 5**

As políticas de desenvolvimento em relação aos países do sul global se multiplicaram a partir da Segunda Guerra Mundial com o propósito de expandir a ciência e a tecnologia, para impedir o avanço da ideologia comunista. A produção de ciências sociais nesse cenário, baseava-se em entrevistas e observações apenas de antropólogos do sexo masculino de homens em sociedades não-ocidentais. Muitas vezes, as mulheres nessas sociedades não podiam falar com homens fora de suas próprias famílias (Harding, 2015). É de acordo com exclusões como esta das mulheres na produção de conhecimento que está a dificuldade histórica de combinar a objetividade – reconhecida pelas feministas como um valor na medida em que faz existirem as mulheres nas bases de dados, a partir de pesquisas sólidas – e a diversidade, ou seja, a preocupação conquistada a partir dos debates mais recentes sobre o lugar de raça, classe e de outros fatores de desigualdade.

É nesse cenário de desigualdades que a situação da mulher no Brasil atualmente ilustra a necessidade de adequação do ODS5 ao contexto brasileiro.

Além disso, esse processo de necessidade de proteção às mulheres abriu canais de participação direta da sociedade civil, fornecendo espaço para suas sugestões e análises, como será discutido a seguir.

O processo de adaptação das metas globais para o Brasil, como dito anteriormente, foi destinado ao IPEA. A proposta apresentada pelo relatório *Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Propostas de Metas Brasileiras* foi submetida à consulta pública para fim de incorporar as sugestões da sociedade civil. O documento deve ser entendido como um amplo processo de debate que a Comissão Nacional “pretende realizar junto aos setores empresariais, acadêmicos e organizações da sociedade civil” (IPEA, *Agenda 2030: Propostas de Metas Brasileiras*, p. 21, 2017). Para fim da análise proposta por esse trabalho, essa seção abordará especificamente a adequação das metas globais do ODS 5 para o Brasil.

Um dos requisitos apontados pelo relatório do IPEA para adequar as metas globais de acordo com as prioridades e características do Brasil foi “a observância às desigualdades de gênero, de raça, de etnia, de geração, de condições econômicas, entre outras” (IPEA, *Agenda 2030: Propostas de Metas Brasileiras*, p. 19, 2017).

De acordo com dados da revista *Gênero e Número*, a raça é um marcador arbitrário para a violência contra as mulheres no Brasil. Os dados fornecidos pela reportagem de novembro de 2018<sup>20</sup> apontam que, entre 2007 e 2016, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 23%, enquanto para as mulheres não negras o aumento foi de 3%. A revista traz duas avaliações relevantes sobre o tema:

Se as mulheres são discriminadas por serem mulheres, pelo espaço que se destinou a elas, e diante da relação deste espaço ocupado pelos homens, as mulheres negras contemplam outro fator de discriminação, que advém do racismo. E também da sua classe social, levando a uma conjugação de tripla discriminação: o destino da mulher negra e pobre é o mais precarizado na hierarquia social, portanto mais vulnerável às violências desembocadas pelos sistemas discriminatórios (Gênero e Número, Fabíola Covas – Promotora de Justiça de SP, 2018).

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.generonumero.media/violencias-multiplas-contras-mulheres-negras-registradas-em-dados-e-ocorrencias-revelam-racismo-institucional-no-brasil/>.

Nos últimos anos conseguimos propor um sistema de proteção às mulheres, porém, nós, mulheres negras, não conseguimos criar um sistema de proteção às mulheres negras...as propostas que se dispunham a debater questões interseccionais de gênero e raça referentes à proteção de negras não foram incorporadas pelo Estado (Gênero e Número, Jurema Werneck – Diretora executiva da Anistia Internacional Brasil, 2018).

A abordagem interseccional nas adequações corrobora com o argumento, que será analisado na próxima seção, de que a contextualização acerca de uma produção quantitativa deve ser mantida para uma melhoria do monitoramento de indicadores de gênero, como por exemplo, melhores números o que poderia trazer mais uma *contribuição* para melhorar os métodos atuais.

A Figura 2 a seguir, retrata o resultado da proposta de adequação das metas brasileiras do ODS 5, após a inclusão de sugestões da sociedade civil através da consulta pública:

Figura 2 – Resumo da Proposta de Adequação de Metas do ODS 5

**Resumo da Proposta de Adequação de Metas do ODS 5**

Total de metas	Nº de metas que se aplicam ao Brasil	Nº de metas que foram adequadas à realidade nacional	Nº de metas finalísticas	Nº de metas de implementação	Nº de metas criadas*
11	11	9	10	1	2

\* Foram criadas 02 novas metas na 5.b

Fonte: IPEA, 2017.

Na tabela que se encontra no Anexo 1, observa-se a mudança do texto das metas, assim como, os subsídios que o IPEA usará para a construção dos indicadores nacionais com base nas demandas da sociedade civil. A maioria das justificativas para a adaptação dos textos corrobora com a discussão acima sobre a diversidade (Harding, 2015) de características singulares que o Brasil possui. Como, por exemplo, na meta 5.1 o texto original das Nações Unidas é: “Alcançar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte”. Entretanto, após o processo de adequação pelo grupo de trabalho do IPEA e a consulta da sociedade civil o texto proposto passa a ser:

Figura 3 – Meta Brasileira

**3. Meta 5.1 (Brasil)**

Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Fonte: IPEA, 2017.

Como justificativa, o documento produzido pelo IPEA, anteriormente citado, elabora:

As intersecções com outros fenômenos que geram desigualdade e discriminação já estão acolhidas pela teoria e política de gênero. A visibilidade dessas intersecções é uma demanda por recolhimento, a fim de que sejam levadas em conta as singularidades das desigualdades e discriminações que afetam os diferentes sujeitos (IPEA, Agenda 2030: Propostas de Metas Brasileiras, p. 137, 2017).

Outro ponto importante acerca do debate de monitoramento do ODS5 no Brasil são os indicadores. Até o presente momento os indicadores nacionais estão em fase de construção. Porém, o documento analisado nessa seção indica os subsídios que os órgãos produtores de informações nacionais e executores de políticas governamentais, como o IBGE, usarão, por exemplo:

Figura 4 – Monitoramento em Percentual

**ODS 5 meta 5.1**

1. Percentual de órgãos da administração pública federal direta que implantaram os dispositivos do decreto nº 8.727/2016 que dispõe sobre o uso e registro do nome social.

Fonte: SPM, Anual – Tier III.

Fonte: IPEA, 2017.

O processo de construção dos indicadores nacionais, assim como a elaboração das metas brasileiras, leva em conta conceitos importantes <sup>21</sup>, como gênero, violência baseada em gênero, divisão sexual de trabalho, interseccionalidade, entre outros. A incorporação desses conceitos permite que a participação da sociedade civil seja efetuada por meio de acompanhamento, por serem conceitos já apropriados pelas mesmas, nos seus relatórios de pesquisas individuais e coletivos, o que permite a geração de mais conhecimento sobre cada um dos pontos citados permitindo quantificar e qualificar dados e conceitos, bem como gerar melhores resultados. Assim, com esse conhecimento apurado, pode-se compreender os aspectos relativos à diversidade e à objetividade dentro do

<sup>21</sup> Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>.

feminismo. Além disso, cabe ressaltar que no recorte desse trabalho organizações feministas ou atuantes sob a bandeira de alcance da igualdade de gênero acabaram por contribuir para que a transversalização de gênero nas metas e indicadores da agenda 2030 fossem os mais representativos para a realidade local de seus respectivos países influenciando na melhoria para a sociedade civil.

### 3.

#### **‘Objetividade forte’: o engajamento com a quantificação de forma pragmática na agenda feminista**

O capítulo anterior pretendeu mostrar o elo existente entre os diversos tipos de organização, tanto governamentais, quanto da sociedade civil, bem como ligá-las à atuação feminista. Além disso, buscou-se observar a adaptação das metas no contexto brasileiro. Já neste capítulo, o foco é no debate acerca da produção de conhecimento quantitativa e qualitativa - diversidade e objetividade sendo trabalhadas em conjunto.

O debate acerca de maximizar a objetividade dentro do feminismo emergiu nos anos 1970 e 1980. O padrão de objetividade na pesquisa tinha que ser mais forte, já que os anteriores permitiam que suposições e práticas sexistas e androcêntricas formassem algumas das supostas melhores pesquisas em biologia e ciências sociais (Harding, 2015). Esta seção apontará os benefícios de um engajamento com a quantificação à luz do feminismo pragmático, ilustrando os ganhos para a agenda feminista através do engajamento da ONU Mulheres na transversalização de gênero na Agenda 2030.

As pesquisadoras feministas nas ciências naturais e a maioria das que trabalhavam nas ciências sociais queriam padrões mais fortes para a objetividade científica. Argumentos relativistas culturais, frequentemente usados em antropologia, por exemplo, não eram aceitáveis nesses contextos, elas insistiam (Harding, 2015). Faz-se necessário contextualizar a evolução desse debate na agenda de gênero e desenvolvimento. As críticas feministas acerca da produção quantitativa de conhecimento não serão aprofundadas desse trabalho, porém é importante destacar que elas são o ponto chave para uma constante melhora de instrumentos de avaliação e monitoramento dos indicadores de gênero.

As críticas feministas ao conceito de desenvolvimento surgiram na década de 1970. Ester Boserup, economista dinamarquesa, em seu livro *Woman's Role in Economic Development* (1970) criticou o desenvolvimento como um sistema que excluía as mulheres e propôs uma ruptura com uma série de dogmas estabelecidos no discurso e nas políticas de desenvolvimento. Até a década de 1970, as mulheres só tinham sido incluídas nas políticas de desenvolvimento como beneficiárias

passivas ou mães e donas de casa, enquanto o treinamento, a tecnologia e as finanças eram voltadas para os homens. O modelo ocidental de desenvolvimento ignorou o fato de que em muitas culturas as mulheres trabalhavam na agricultura e na produção de alimentos, por exemplo, e que havia divisões sexuais de trabalho diferentes ou muito mais flexíveis (Aguinaga; Lang; Mokrani e Santillana, 2013).

Sandra Harding, em sua obra *Objectivity & diversity: another logic of scientific research* (2015), aponta que com exceção do trabalho de Amartya Sen (1990), ainda existe pouca influência das críticas levantadas por Boserup no contexto das investigações sobre desenvolvimento. Além disso, a autora discorre sobre um modo alternativo de fazer ciência, baseando-se na premissa de que os compromissos sociopolíticos favoráveis à diversidade e os compromissos epistêmico-científicos com a objetividade não precisam ser necessariamente conflitantes. Em seu livro, os dois argumentos relevantes para a análise sobre a maximizar a objetividade são a) homogeneidade valorativa dos pesquisadores como desvantajosa para a pesquisa – pesquisadores com características homogêneas tendem a apresentar menor capacidade de reconhecimento dos valores e dos interesses que estruturam suas próprias pressuposições, políticas e práticas; e b) objetividade forte: a crítica de pressupostos sexistas e androcêntricos que resultou na proposta de pesquisa exercida a partir de baixo e, conseqüentemente, da objetividade forte, pois nela a diversidade das situações sociais é levada em consideração (Harding, 2015):

Além disso, a proposta de objetividade forte está focada em responder questões sobre a relação entre as condições da vida dos sujeitos e as relações sociais mais amplas que moldam essas condições. Ainda, identifica nas realizações existentes na pesquisa do movimento de mulheres o que os pesquisadores fizeram para alcançar tais sucessos, e recomenda como replicar tais conquistas em pesquisas futuras. Baseia-se nas ‘melhores práticas’ existentes, em vez de um ideal abstrato imposto de fora deles (Harding, 2015)

A objetividade forte elaborada por Harding emergiu de sua teoria *standpoint*. Inspirada no “ponto de vista do proletariado” marxista, essa teoria argumenta que, em sociedades estruturadas pela desigualdade, o conhecimento e a crença predominantes tendiam principalmente a representar os interesses dos grupos dominantes. Dessa forma, as estruturas conceituais dominantes das disciplinas não eram, de modo algum, livres de valores. Elas eram estruturas que

respondiam aos interesses dos homens do grupo dominante. Os resultados da pesquisa produzidos em tais estruturas foram então usados para projetar políticas sociais que “tornaram reais” apenas os pontos de vista desses homens (Harding, 2015, p.29).

É nesse ponto que a interseccionalidade corrobora na promoção da objetividade forte, justamente para minimizar as lacunas da necessidade de inclusão dos grupos socialmente e economicamente excluídos. Traçando um paralelo com o feminismo negro, percebemos a importância em levar em consideração conceitos e valores como raça, classe e gênero.

Para Harding, o método apropriado de produção de conhecimento é aquele capaz de dar visibilidade aos valores sociais, aos interesses e aos pressupostos que os pesquisadores agregam à pesquisa. Porém, nas situações em que esses mesmos valores, interesses e pressupostos parecem ser compartilhados por praticamente todos os pesquisadores, como é o caso da supremacia masculina e do eurocentrismo, a tendência é a formação da objetividade fraca, por promoverem, aparentemente, o que a filosofia tradicional chamou de “visão a partir de lugar nenhum” (Harding, 2015).

De acordo com as feministas, conforme Harding (2015) comenta, os homens a) moldaram a seleção do que poderia contar como problemas científicos e técnicos interessantes ou importantes, e o que contava como conceitos e hipóteses relevantes sobre os quais se concentrar; b) moldaram o design dos processos de pesquisa, o que contava como evidência relevante e a interpretação dos dados e c) haviam moldado as conclusões tiradas dos dados e as escolhas de quem os resultados da pesquisa foram divulgados. Mais importante ainda, as mulheres não foram reconhecidas como legítimas participantes nas situações encontradas problemáticas em primeiro lugar.

É nesse cenário que o engajamento da ONU Mulheres na Agenda 2030 mostra como a norma política da diversidade e a epistêmica e científica da maximização da objetividade fornecem recursos uma para a outra. Além disso, podemos ver que esses debates sobre mulheres, gênero, desenvolvimento e objetividade têm dimensões globais e implicações para políticas de instituições

como o Banco Mundial, as Nações Unidas e qualquer outra que alega promover progresso social para todos sem atender especificamente às necessidades e desejos específicos das mulheres. Mais adiante, vou analisar especificamente a trajetória da atuação das mulheres na sociedade civil brasileira na agenda de desenvolvimento da ONU. Mas antes, quero aqui oferecer um panorama das transformações no próprio seio da organização a partir de uma agenda feminista, retratando o que chamo aqui de um feminismo pragmático, pode atingir.

### 3.1. A ONU e as Mulheres

A I Conferência Mundial da Mulher (1975) aconteceu no México, sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” teve como tema central ‘a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social.’<sup>22</sup> Durante a conferência o plano de ação a ser norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional entre 1976 e 1985, foi aprovado. De acordo com os dados da ONU Mulheres<sup>23</sup>, do total de 133 delegações, 113 foram lideradas por mulheres participaram da conferência. Além disso, o Fórum de Organizações Não-Governamentais, que foi realizado durante o evento, proporcionou a criação do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher, atualmente convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), em 1985, por decisão da Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher.

Outro evento mundial relevante para a trajetória das mulheres na sociedade civil foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, (1979) com quase 100 nações se comprometendo com as suas disposições. Dentre os tratados internacionais de direitos humanos, a Convenção tem um lugar primordial em trazer a metade feminina da humanidade para o foco de preocupações com os direitos humanos (ONU, Human Rights, 1979). Em seu preâmbulo, a Convenção reitera explicitamente que "grande discriminação contra as mulheres continua a existir", e aponta que tal discriminação "viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito pela dignidade humana". A Convenção dá afirmação positiva ao princípio da igualdade, exigindo que os Estados Signatários

---

<sup>22</sup> Disponível em:

[http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_mexico.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf).

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>.

tomem "todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com a finalidade de garantir-lhes o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em uma base de igualdade com os homens" (ONU, Human Rights, Artigo 3º, 1979).

A III Conferência Mundial sobre a Mulher (1985)<sup>24</sup> com tema central "Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000" aconteceu em Nairóbi. A sociedade civil, cobrou mais participação das mulheres na produção das riquezas das sociedades. Em razão disso, foi afirmado o compromisso de igualdade no acesso à educação, oportunidades no trabalho e atenção à saúde das mulheres.

A Plataforma de Ação de Pequim (1995)<sup>25</sup> solicitou um aumento na participação das mulheres no G2 objetivo estratégico e enfatiza a discussão acerca das barreiras para uma participação igualitária e definiu o conceito de gênero para a agenda internacional, empoderamento das mulheres e transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero (ONU, Human Rights, 1995).

As conquistas das principais conferências para as mulheres e suas implicações para o reconhecimento da necessidade de focar no conceito de gênero e implicações para as políticas de instituições do sistema ONU demonstram como o engajamento das mulheres na sociedade civil ou organizações que atuam sob a bandeira de alcançar a igualdade de gênero é fundamental no processo de construção e avaliação de políticas públicas e/ou internacionais, assim como na construção de ferramentas para monitoramento dessas políticas e de seus indicadores.

Nesse sentido, a quantificação foca-se em premissas de objetividade e autoridade científica, mas a política e a subjetividade estão por trás da escolha de indicadores. As razões para essas escolhas vão de questões simples de disponibilidade a alegações de sociopolíticas contestáveis. Por exemplo, a maneira como um indicador enquadra e define um problema vai direcionar as prioridades

---

<sup>24</sup> Disponível em:

[http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_nairobi.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf)

<sup>25</sup> Disponível em:

[http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/declaracao\\_pequim1.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf)

políticas (Fukuda-Parr, 2016), como pode ser observado no quadro abaixo com os indicadores globais das metas do ODS5.

Quadro 1: Indicadores Globais das Metas do ODS5

<b>5.1.1</b>	Existência de arcabouço legal para promover, aplicar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo.
<b>5.2.1</b>	Percentual de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que já tiveram relacionamentos, sujeitas à violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência, idade e raça/cor – Tier II.
<b>5.2.2</b>	Percentual de mulheres e meninas de 15 anos ou mais sujeitas à violência física, sexual ou psicológica por pessoas não íntimas outra pessoa diferente do atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência, idade, lugar de ocorrência e raça/cor – Tier II
<b>5.3.1</b>	Percentual de mulheres com idade entre 20-24 anos que tenham sido casadas ou em união antes dos 15 e antes dos 18 anos – Tier II.
<b>5.3.2</b>	Percentual de meninas e mulheres com idade entre 15-49 anos que tenham sido submetidas a mutilação/corte genital feminino (MGF/C), por idade, Tier II.
<b>5.4.1</b>	Percentual de tempo gasto no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, por sexo, idade e localidade – Tier I.
<b>5.5.1</b>	Percentual de cadeiras ocupadas por mulheres no a) parlamento nacional e b) governos locais – Tier I.
<b>5.5.2</b>	Percentual de mulheres em cargos gerenciais – Tier I.
<b>5.6.1</b>	Percentual de mulheres de 15 a 49 anos que tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde reprodutiva – Tier III.
<b>5.6.2</b>	Existência de leis e regulações que garantam o acesso pleno e igualitário a mulheres e homens com idade superior a 15 anos à saúde sexual e reprodutiva, informação e educação gerenciais – Tier III
<b>5.a.1</b>	a) Percentual da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre as terras agrícolas, por sexo; e (b) participação de mulheres entre proprietários ou detentores de direitos de terras agrícolas, por tipo de posse – Tier III.
<b>5.a.2</b>	- Percentual de países onde o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra – Tier III.
<b>5.b.1</b>	Percentual de indivíduos que possuem um telefone móvel, por sexo – Tier I
<b>5.c.1</b>	Existência de sistemas para monitorar e tornar transparentes as alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres – Tier III

Fonte: IPEA, 2017.

O que se vê nesse caso é que a política por trás dos indicadores de igualdade de gênero precisa ser apreciada à luz das metas feministas.

### 3.2.

#### A ONU Mulheres e a governança por indicadores

Conforme discutido anteriormente, é importante aplicar a lente feminista aos projetos de igualdade de gênero na esfera global, como os objetivos de gênero, mas também é importante fazê-lo de forma ampla. A ONU Mulheres faz isso através de seu envolvimento histórico com os ODM e agora com os ODS. Através da produção

de relatórios e de seu posicionamento acerca dos desafios de alcançar as submetas do ODS 5, seu engajamento direto está relacionado a questões de visibilidade.

Cabe ressaltar que a ONU Mulheres foi criada dentro do sistema das nações unidas, que constitui um universo de discurso político que passou a depender de governança por meio de indicadores. Suas preocupações de gênero precisam ser articuladas usando a linguagem dos números para serem ouvidas nesse universo do discurso político.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em julho de 2010 criou a ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Ao fazê-lo, os Estados-Membros da ONU deram um passo histórico para acelerar as metas da Organização em matéria de combater a desigualdade de gênero e promover o empoderamento feminino. A criação da ONU Mulheres surgiu como parte da agenda de reforma das Nações Unidas, reunindo recursos para maior impacto sob o globo (ONU, 2010). A instituição conta com programas de incentivo às mudanças estruturais e culturais nos Estados frente à problemática da desigualdade de gênero.

Com esse objetivo estabelecido, a ONU Mulheres desenvolve três principais funções, sendo elas: I) Apoiar os organismos intergovernamentais, tais como a Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, em sua elaboração de políticas, padrões e normas mundiais; II) Auxiliar os Estados-Membros a aplicar estas normas, estando prontos para prestar apoio técnico e financeiro adequado para os países que o solicitem, e estabelecer parcerias eficazes com a sociedade civil; e III) Dirigir e coordenar o trabalho do sistema das Nações Unidas sobre a igualdade de gênero, assim como promover a responsabilização, nomeadamente através de um acompanhamento regular do progresso de todo o sistema (ONU, 2010).

Para complementar suas funções, a ONU desenvolve programas que contribuam para a consecução dos resultados e metas articuladas no Plano Estratégico de Mulheres da ONU, voltados para diversos temas: Empoderamento Econômico; Combate à Violência contra Mulheres; Paz e Segurança; Ação Humanitária; Governança Global e Planejamento Nacional; Agenda Sustentável; HIV E AIDS; e Liderança e Participação Política. Por meio do Programa Regional

de Incorporação das Dimensões da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia em Programas de Combate à Pobreza em Quatro Países da América Latina: Bolívia, Brasil, Guatemala e Paraguai, a organização tem fomentado e apoiado projetos para produção e divulgação de dados estatísticos desagregados por sexo, raça/cor e etnia. (IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça, 2011). Além da ONU Mulheres, o programa conta com a participação da Secretária de Políticas para as mulheres (SPM) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O projeto *Retrato das Desigualdades*<sup>26</sup> disponibiliza números que possam ser lidos por gestores públicos para subsídios para futuras pesquisas, além de apontar formulação de políticas públicas mais equitativas e focalizadas.

Os principais documentos a serem analisados que exploram o envolvimento da ONU Mulheres com a Agenda 2030 são *A Transformative Stand-Alone Goal on Achieving Gender Equality, Women's Rights and Women's Empowerment: Imperatives and Key Components* (ONU Mulheres, 2013) and *Turning Promises into Action: Gender Equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development* (ONU Mulheres 2018).

Antes de adentrar nos relatórios destacados acima, note-se que o documento *Report of the Expert Group Meeting on Structural and Policy Constraints in Achieving the MDGs for Women and Girls* (2013) evidencia uma conquista importante para a agenda feminista. O relatório apelou para uma revolução de dados, mais especificamente uma revolução de dados de gênero que promoveu a qualidade e a disponibilidade dos dados relacionados aos ODS. O panorama apresentado pela ONU Mulheres é refletido nas metas e indicadores dos ODS. O impulso bem-sucedido para a integração de gênero se reflete nas demandas de dados desagregados por sexo e o modo como os alvos são redigidos, usando termos como "universal" ou "para todos". (ONU Mulheres, 2013).

O relatório *Turning Promises into Action: Gender Equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development* (2018) demonstra, segundo a instituição, por meio de evidências e dados concretos, a natureza difusa da discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares e apresenta recomendações

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>.

práticas sobre como cumprir a Agenda 2030.

Através de uma lente de gênero, o relatório examina, após dois anos e meio da adoção da Agenda 2030, o progresso e os desafios da implementação de todos os 17 ODS. No foco da agenda sobre equidade de gênero, as mulheres enfrentam um conjunto sem precedentes de desafios em todas essas áreas, e ações urgentes são necessárias para enfrenta-las. Segundo o relatório:

- Em 89 países com dados disponíveis, mulheres e meninas respondem por 330 milhões de pobres. A diferença de gênero é particularmente ampla durante os anos reprodutivos (ONU, 2018).
- Mais de 50% das mulheres e meninas urbanas nos países em desenvolvimento vivem em condições nas quais falta pelo menos um dos seguintes: acesso à água potável, melhores instalações de saneamento, moradia durável e área de ocupação suficiente (ONU, 2018).
- Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas é uma pré-condição para sociedades pacíficas, mas uma em cada cinco mulheres com menos de 50 anos sofreu violência física e / ou sexual por um parceiro íntimo nos últimos 12 meses (ONU, 2018).
- O relatório destaca como, na vida de mulheres e meninas, diferentes dimensões de bem-estar e privação estão profundamente interligadas: uma menina que nasceu em um lar pobre e foi forçada a casar cedo, por exemplo, tem maior probabilidade de abandonar o lar, escola, dar à luz em idade precoce, sofrer complicações durante o parto e vivenciar a violência - todas as metas dos ODS - do que uma menina de uma família de renda mais alta que se casa mais tarde. (ONU, 2018).

Em setembro de 2016, orientados pela ONU Mulheres 167 países realizaram revisões nacionais que avaliaram o progresso e as lacunas e delinearam novas prioridades e ações nacionais para acelerar a conquista do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero. Os Estados Membros concordaram que nenhum país alcançou a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres com os ODM (ONU Mulheres, 2016). Os líderes desses países concordaram que os ODS não podem ser alcançados sem a igualdade de gênero:

Para complementar a coleta e monitoramento de dados oficiais, houve uma ampla variedade de iniciativas de dados lideradas por cidadãos que fortaleceram a responsabilidade dos ODMs nos níveis nacional e global. Tais iniciativas responsabilizaram funcionários públicos e prestadores de serviços por meio de várias medidas de responsabilidade social, incluindo pesquisas de acompanhamento, auditorias sociais, boletins de cidadãos e orçamentos participativos. Da mesma forma, as organizações de mulheres usaram processos como as revisões de cinco anos da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim para divulgar relatórios da sociedade civil que monitoram a implementação de compromissos globais por governos nos níveis nacional, regional e global. O processo de produzir esses relatórios muitas vezes mobiliza organizações de

mulheres em torno de prioridades comuns e pressiona os governos para a mudança de políticas. (ONU Mulheres, 2016).

A participação e a liderança efetiva das mulheres dependem não apenas do esforço e do interesse das mulheres em chegar às mesas de negociação nacionais e internacionais e ter oportunidades iguais de participação dos homens, mas também no acesso aos recursos que atuam como pré-condições para participação e a existência de mecanismos concretos para promover a participação das mulheres (Esquivel, 2016).

As ativistas dos direitos das mulheres podem usar estrategicamente a submeta 5.5 na participação efetiva das mulheres para apoiar a obrigação de incluir e convidar organizações e movimentos de direitos das mulheres à participação total nos processos de ODS e exigir recursos e angariação de fundos para o trabalho e movimento pelos direitos das mulheres. O desenvolvimento da capacidade técnica de análise de gênero da política macroeconômica, bem como o engajamento em processos de monitoramento e avaliação baseados em indicadores, será crucial para os movimentos de mulheres descobrirem a natureza política desses processos aparentemente tecnocráticos e desafiá-los (Esquivel, 2016).

#### 4..

### ODS 5: Posicionamentos da Sociedade Civil Brasileira

As seções anteriores apresentaram o panorama da Agenda 2030, o ODS 5 e as conquistas para esse objetivo através da influência do trabalho de organizações como a ONU Mulheres. A presente seção visa: a) apresentar observações sobre a participação das organizações brasileiras no processo, no caso da agenda feminista;

b) mapear a atuação da sociedade civil brasileira a partir do *Relatório Luz da Sociedade Civil sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2018)*<sup>27</sup>; c) listar indicadores com potenciais desafios; e, d) mostrar posicionamentos acerca do monitoramento de indicadores de gênero nesse contexto político para os próximos anos, através de entrevistas e relatórios dessas organizações<sup>28</sup>.

Uma das principais conquistas da sociedade civil brasileira para o acompanhamento e monitoramento dos ODS 5 foi a formalização do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030)<sup>29</sup>, em setembro de 2014, que atua na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030. O grupo é uma oportunidade importante para um engajamento em rede e fortalecimento de uma agenda em comum entre a sociedade civil, terceiro setor, indústrias e o próprio governo.

A formalização do GT Agenda 2030 foi apontada como resultado constante de encontros “entre organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns e fundações brasileiras durante o seguimento das negociações da Agenda Pós-2015 e seus desdobramentos” (Agenda 2030)<sup>30</sup>. Outro resultado fundamental para a implementação da Agenda 2030 foi a criação da Comissão Nacional dos ODS em 2016 reivindicado pelo GT. Outra demanda bem-sucedida pelas organizações da sociedade civil foi uma Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS, com o objetivo de discutir e propor medidas que reforcem os meios de implementação da

<sup>27</sup> Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatorio-sicc8Intese\\_final\\_download.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatorio-sicc8Intese_final_download.pdf).

<sup>28</sup> Dentre 8 organizações que atuam com a promoção da igualdade de gênero, apenas 3 não responderam à pesquisa. São elas: Gestos – Soropositividade, comunicação e Gênero; Movimento Nacional das Cidadãs Positivas (MNCP) e Míriam Brasil.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/quem-somos-2/>

<sup>30</sup> <https://gtagenda2030.org.br/quem-somos-2/>

agenda (Relatório Luz, p. 3, 2017).

Para isso é necessário pontuar que a sociedade civil referida nesse contexto são as organizações formalmente inseridas e reconhecidas como parte do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030). Para apresentar as propostas do presente trabalho foi usado dois métodos de pesquisa. O primeiro foi a análise sobre as recomendações do Relatório Luz (2018) e entendê-las como posicionamentos, da sociedade civil de forma ampla, do que precisa ser implementado para que se alcance o ODS 5 no Brasil. E a segundo, as entrevistas coletadas via internet das organizações da sociedade civil do GT 2030 que atuam sob a bandeira de alcançar a igualdade de gênero que serão compreendidas como posicionamentos da sociedade civil acerca do monitoramento dos indicadores de gênero para os próximos anos e seus principais obstáculos.

Além dessas, a Rede de Meninas pela Igualdade de Gênero (RMIG) sob a coordenação executiva da *Plan International Brasil* também foi entrevistada por ter sido apontada durante as entrevistas como única rede da sociedade civil que tenha como propósito acompanhar apenas o monitoramento e a avaliação do ODS.

Para isso é necessário pontuar que a sociedade civil referida nesse contexto são as organizações que fazem parte do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030). Para apresentar as propostas do presente trabalho foi usado dois métodos de pesquisa. O primeiro foi a análise sobre as recomendações do Relatório Luz (2018) e entendê-las como posicionamentos, da sociedade civil de forma ampla, do que precisa ser implementado para que se alcance o ODS 5 no Brasil. E a segundo, as entrevistas coletadas via internet das organizações da sociedade civil do GT 2030 que atuam sob a bandeira de alcançar a igualdade de gênero que serão compreendidas como posicionamentos da sociedade civil acerca do monitoramento dos indicadores de gênero para os próximos anos e seus principais obstáculos. Além dessas, a Rede de Meninas pela Igualdade de Gênero (RMIG) sob a coordenação executiva da *Plan International Brasil* também foi entrevistada por ter sido apontada durante as entrevistas como única rede da sociedade civil que tenha como propósito acompanhar apenas o monitoramento e a avaliação do ODS 5.

O GT Agenda 2030 é articulado nacionalmente pela ABONG em parceria com diversas organizações da sociedade civil já engajadas no processo. O grupo cobre todas as áreas dos 17 ODS da Agenda 2030 e incide sobre o Brasil, ONU e outras organizações multilaterais promovendo os ODS com base no envolvimento da sociedade civil em todos os espaços de tomada de decisão. Outra atuação do grupo é a produção de conteúdo para informar sua incidência, através do *Relatório Luz da Sociedade Civil sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* com duas edições em 2017 e 2018.

O *Relatório luz da Sociedade Civil sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* consiste em um documento prévio sobre prestações de contas que foi entregue à ONU, em julho de 2017, apresentado pelas Organizações da sociedade civil. Esse relatório apontou doze recomendações sobre a implementação do objetivo 5 no Brasil:

1) Assegurar e promover a discussão de gênero e diversidade sexual, baseada nos direitos humanos, nos ambientes escolares; 2) Garantir a efetividade da Lei Maria da Penha; 3) Capacitar profissionais dos serviços públicos para identificar e lidar com as repercussões das desigualdades de gênero, raça, classe, geracionais, entre outras, na vida das mulheres e meninas; 4) Elaborar diagnóstico das leis existentes e realizar reformas que removam ambiguidades e lacunas que permitem a violação dos direitos das mulheres e meninas; 5) Impedir a aprovação de leis e normativas que retrocedam a agenda de direitos humanos, em especial os direitos das mulheres, meninas, população negra e população LGBTI; 6) Estabelecer marco teórico e técnico para lidar com o casamento na infância e adolescência e sensibilizar a população sobre suas consequências prejudiciais; 7) Empoderar mulheres e meninas para que acessem informação e serviços de apoio, denunciem violências e tenham autonomia sobre suas vidas; 8) Implementar políticas públicas, com dotação orçamentária adequada, que garantam que mulheres e meninas tenham acesso à educação de qualidade, profissionalização e emprego decente em igualdade de condições; 9) Garantir o direito das mulheres de participar em igualdade de condições nas decisões sobre políticas públicas, inclusive nas áreas de segurança química e saúde; 10) Ofertar serviços de saúde integrais, amigáveis e não discriminatórios para meninas e mulheres; 11) Tornar legal e acessível o aborto seguro em todas as situações, sem estigma e discriminação; 12) Assegurar o cumprimento da legislação eleitoral sobre cotas de representação por sexo nas candidaturas, e reformar o sistema político para garantir a equidade de participação das mulheres, desde organização social e partidária até as candidaturas em processos eleitorais. (ONU, 2017).

Em preparação para o terceiro Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas (HLPF), em 2019, o Grupo de Trabalho da sociedade civil iniciou a fase de monitoramento intensivo da implementação dos ODS no Brasil. O Relatório Luz 2018, através da coleta de dados e análises quantitativa e qualitativa das evidências, refletirá o que efetivamente foi feito ou não para direcionar o investimento do país na direção dos princípios sociais e ambientais para a orientação e o condicionamento de decisões econômicas (O Brasil e a Agenda 2030, 2018)

#### 4.1.

#### **O Relatório Luz da Sociedade Civil sobre os ODS**

O Relatório Luz, através da coleta de dados e análises quantitativa e qualitativa das evidências, refletirá o que efetivamente foi feito ou não para direcionar o investimento do país na direção dos princípios sociais e ambientais para a orientação e condicionamento de decisões econômicas (O Brasil e a Agenda 2030, 2018). Em ambas edições o GT Agenda 2030 aponta os desafios que o Brasil terá para alcançar a Igualdade de Gênero.

De acordo com a edição de 2018 do relatório, todas as políticas nesta área estão enfrentando uma crise desde 2016 “com a extinção da Secretaria de Políticas para mulheres, e com as sérias restrições orçamentárias das secretarias dedicadas às temáticas de gênero” (Relatório Luz, p. 23, 2018). É nesse momento que o relatório traz dados alarmantes sobre o cenário atual de mulheres e meninas no Brasil relacionando cada um com as metas do ODS 5. E dessa forma, podemos compreender os desafios para o alcance das metas proposto pela Agenda 2030. Como exemplo, a meta de eliminar todas as formas de violência (Meta 5.2). Os dados atuais nunca foram tão alarmantes no país. Até o dia 21 de janeiro de 2019,

107 casos de feminicídios foram registrados<sup>31</sup>. Ainda assim, os orçamentos referentes às políticas de enfrentamento da violência contra a mulher sofrem cortes desde 2017, como por exemplo, o da “Política Para as Mulheres”. Esses dados alarmantes são: “Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência” caiu 32,5%<sup>54</sup>— de R\$ 87,5 milhões em 2016 para R\$59,1 milhões em 2017 – enquanto aumentam as denúncias de violências na Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que teve 140.350 registros”. Quando fazemos o recorte de raça, os registros de assassinatos de mulheres negras aumentaram em 22% entre 2005 e 2015 (Relatório Luz, p. 24, 2018).

Após sua avaliação, o GT Agenda 2030 reiterou as recomendações feitas na edição de 2017 e acrescentou novas frentes aos dados recentes como um caminho a ser seguido para se obter êxito no alcance da Agenda 2030, e nesse recorte, do

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/estudo-aponta-o-registro-de-107-casos-de-feminicidios-em-2019/>.

ODS 5 no Brasil na edição de 2018. As recomendações foram:

- 1) Destinar orçamento adequado às políticas públicas e programas para prevenir e reduzir a violência de gênero e garantir às mulheres e meninas acesso à educação de qualidade, profissionalização e emprego digno, em igualdade de condições.
- 2) Garantir a efetiva implementação da Lei Maria da Penha; da Lei do Feminicídio; Lei nº 13.431/2017, que protege crianças e adolescentes; Lei do Princípio da organização de atendimento público especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica no SUS (Lei nº 13.427).
- 3) Sancionar leis<sup>32</sup> que visem ao fim da violência e desigualdade de gênero.
- 4) Garantir acesso fácil à informação e aos serviços de apoio e canais de denúncia de violências.
- 5) Reformar o sistema político e cumprir a legislação eleitoral das cotas de representação por sexo por partido ou coligação e fomentar novas lideranças entre mulheres.
- 6) Ofertar serviços de saúde integrais, amigáveis e não discriminatórios para meninas e mulheres, especialmente sobre seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.
- 7) Garantir o acesso a métodos anticonceptivos e tornar o aborto legal, seguro e acessível à todas as mulheres e meninas que o queiram, sem estigma e discriminação.
- 8) Assegurar e promover a discussão de gênero e diversidade sexual, baseada nos direitos humanos, nos ambientes escolares.
- 9) Estabelecer marco teórico e técnico sobre o casamento na infância e na adolescência e sensibilizar a população sobre suas consequências prejudiciais.
- 10) Criar, via instituições financeiras, produtos que tomem em conta a perspectiva de gênero, fortaleçam as competências das mulheres e promovam o crescimento de seus negócios.
- 11) Aumentar a proporção de mulheres usando e criando tecnologias via projetos e políticas públicas que estimulem e viabilizem a participação e formação de meninas e mulheres na área.
- 12) Implementar políticas baseadas na coleta, publicação e divulgação proativa de dados sobre a situação das mulheres, com dados desagregados por sexo, gênero, classe, raça/cor, status de deficiência, migratórios e outras categorias relevantes.
- 13) Aprovar e sancionar o PLC nº 56/2018, que proibirá o casamento de pessoas menores de 16 anos de idade. (Relatório Luz, p. 26 – 27, 2018).

#### 4.2.

#### Mapeamento e Entrevistas

Para as entrevistas, como assinalado anteriormente, foram selecionadas organizações do GT Agenda 2030 que trabalham com a promoção da Igualdade de gênero. As entrevistas foram realizadas através de ligações por *Skype* ou

<sup>32</sup> Tais como: A) PL de criação do Sistema Nacional de Política para as Mulheres (SINAPOM), que contempla a criação de um Fundo Nacional de Políticas para Mulheres. B) PL nº 14/2018, que obriga divulgar o serviço de denúncia da VCM (Disque 180). C) PL nº 8.042/2014: Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em contratos públicos de grandes obras. D) PL nº 6.895/2017: Protege meninas contra a exploração do trabalho infantil doméstico. E) PL nº 123/17: Lei Maria da Penha nas Escolas. F) PL nº 312/2017: Coibição de assédio e abuso sexual no transporte público<sup>82</sup>. G) Projetos de Lei que tornam legal e acessível o aborto seguro em todas as situações e a todas as mulheres e meninas que assim o desejem, sem estigma e discriminação.

preenchimento das respostas por e-mail.

As perguntas visaram captar: a) quais canais de monitoramento do tema da igualdade de gênero as organizações utilizam; b) se houve participação da organização na formulação e/ou do monitoramento da Agenda 2030 e quais foram os canais para essas atividades; c) se as organizações participaram da devolutiva do documento produzido pelo IPEA sobre as propostas de adequação das metas. Com isso, visava-se principalmente d) mapear redes da sociedade civil que acompanham e avaliam o monitoramento diretamente do ODS 5 e os posicionamentos delas acerca

a) das representatividades desses indicadores de acordo com suas respectivas áreas de atuação; b) os principais obstáculos para o monitoramento do ODS5 e c) suas opiniões acerca do monitoramento de indicadores de gênero dos ODS 5 no cenário político atual do Brasil. Isto posto, segue abaixo a lista das perguntas que conduziram as entrevistas realizadas:

- 1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?
- 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?
- 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras? Documento disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)
- 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?
- 5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?
- 6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você vê como obstáculos para o monitoramento do ODS5?
- 7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?

A fim de qualificar a compreensão do leitor, o conteúdo integral das entrevistas está no Anexo 2. Para esse momento do texto serão analisadas as frases e análises substanciais das entrevistas.

#### **4.2.1. Action Aid**

A ActionAid Brasil, apesar de ter seus escritórios sediados em Recife e São Paulo atua nacionalmente em mais de 2.4 mil comunidades e beneficia mais de 300 mil pessoas, desde 1999, sendo parte da rede internacional de organizações não

governamentais do mesmo nome. Suas principais áreas de atuação são justiça social, igualdade de gênero e pelo fim da pobreza. O seu trabalho é desenvolvido em parceria com comunidades e organizações locais em projetos de educação, agroecologia e clima, igualdade de gênero e participação e democracia<sup>33</sup>.

A representante da ActionAid para essa pesquisa foi Jéssica – Assessora na Área de Direitos das Mulheres do escritório em Recife, em uma equipe liderada por mulheres, fazendo parte da equipe de projetos da organização. Segundo a entrevistada: “Nosso papel é facilitar e fortalecer e monitorar o trabalho no tema de direitos das mulheres na ActionAid Brasil”.

1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

*“...Hoje a ActionAid tem no Brasil a estratégia, do que chamamos de abordagem feminista, que é um tipo de abordagem que não necessariamente é de uma organização feminista, porque a ActionAid não é uma organização feminista, temos homens e mulheres na equipe, mas é uma organização que procura na sua atuação aplicar princípios e práticas feministas no seu trabalho e procura também que as organizações parceiras que a ActionAid tem também façam a mesma coisa. Temos 23 organizações parceiras no Brasil. Dessas organizações 6 são feministas...”*

*“... Temos três áreas prioritárias: o direito como cidades seguras para as mulheres*

*– tivemos uma campanha que se encerrou há dois anos atrás, na qual a gente incidia nos serviços sensíveis a gênero compreendendo que o direito das cidades e a segurança das mulheres na cidade estava relacionada com o seu direito à cidade, ou seja, precisávamos garantir que essas mulheres tivessem condições de ter acesso à essa cidade, que a questão de segurança das mulheres não era apenas uma questão de segurança pública, mas sobretudo uma questão de cidadania, ou seja trabalhamos fortemente nesse eixo. Trabalhamos também com mulheres e agroecologia, na qual a gente procura fortalecer o processo de segurança alimentar das famílias e organizações rurais que a gente trabalha a partir da visibilização e incentivo do trabalho das mulheres rurais. A gente questiona por exemplo, a sobrecarga de trabalho que essas mulheres têm, a gente inclusive faz parte de uma rede que trabalha a campanha sobre a distribuição do trabalho doméstico, procure incidir com políticas públicas que facilite a produção dessas mulheres compreendendo que tanto a participação política das mulheres como autonomia econômica dessas mulheres são passos importantes para a superação da violência e a gente criou agora no final do ano passado uma terceira área que é mulheres e políticas na qual a gente está trabalhando e incidindo para monitorar e fortalecer a participação política das mulheres nos espaços de poder. Isso a gente fala desde o sindicato, passando pelas ONGs e até a Presidência da República...”*

*“... a gente procura nessa incidência de monitoramento dos ODS tentar fazer sempre em rede como uma forma de fortalecer o posicionamento que a gente vai ter. Faz mais sentido ter um monitoramento por um GT de diversas organizações*

<sup>33</sup> Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/quem-faz/>

*da sociedade civil que somam conhecimento e esforços nesse monitoramento do que a ActionAid sozinha lançar o posicionamento sobre os ODS e etc. A gente sempre procura nesse espaço específico trabalhar em rede, embora agora a gente esteja nesse processo de lançar esse relatório separado, mas esse relatório não vai monitorar apenas os ODS ele também vai trazer histórias de comunidades que a gente trabalha. Ele é um pouco mais amplo que a temática dos ODS ...”*

- 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?

*“Internacionalmente a gente tem pessoas que participaram desse processo, mas a ActionAid Brasil em si, não teve nesse espaço de formulação ... a gente de direitos das mulheres Brasil não teve nesse processo de formulação desses indicadores do ODS5.”*

- 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras?

*“Não.”*

- 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?

*“A rede que a gente faz parte que tem como principal proposta esse monitoramento é realmente esse GT 2030.”*

- 5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?

*“... os indicadores como estão lá, como são internacionais eu entendo que o nosso trabalho não esteja lá espelhado, por exemplo, esse trabalho da produção econômica ... as mulheres em relação à soberania alimentar, essa parte não aparece muito e é uma coisa que poderia estar ou, por exemplo, o acesso das mulheres aos serviços públicos sensíveis a gênero. Mas, ao mesmo tempo, por exemplo, levantasse um debate sobre o trabalho doméstico, fala sobre essa divisão do trabalho, participação política das mulheres tem um indicador só pra isso ...”*

*“Tem uns também sobre acesso a propriedade, para que as mulheres consigam produzir, as mulheres rurais são muito privadas de água. As quebradoras de coco têm o principal bem de produção negado a elas o tempo todo. Esse indicador 5.a, ele é muito importante pra gente também e ele tangencia um pouco essas coisas das mulheres rurais ... eu acho que eles são bons, mas não abarcam tudo que fazemos. O que eu acho que é impossível também ....”*

- 6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você vê como obstáculos para o monitoramento do ODS5?

*“O Brasil já tem uma dificuldade muito grande de produção de dados oficiais sobre a população brasileira, diversas coisas que você procurar, você não vai encontrar com facilidade ..., E aí quando nos voltamos para o assunto de direitos das mulheres, por ele não ser uma prioridade, a gente tem menos produção de conhecimento ainda. A última vez que levantamos o número de mulheres chefes de família no Brasil foi em 2015, eu acho. Esse, por exemplo, é um dado importante para a gente fazer um retrato de como está a pobreza das mulheres no Brasil. Quanto mais mulheres chefes de família, mas pobres elas são. Esse dado é bem cruzado, a faixa salarial das mulheres que são chefes de família no Brasil. Outro dado é a estratificação do feminicídio, difícil, a última pesquisa relacionada ao aborto já fazem 2 anos.”*

*“Então há uma dificuldade muito grande da produção de dados no Brasil e as Organizações não tem condições de fazer porque nós somos um país de tamanho continental, as organizações vivem uma crise de financiamento enorme, então a gente não tem condições de fazer um Survey todo ano para levantar tudo isso, até mesmo os dados mais simples, como por exemplo, do orçamento, são difíceis para as organizações procurarem e encontrarem, embora estejam lá no portal de transparência pra quem tiver tempo e paciência para olhar. Então eu acho que o principal obstáculo é esse.”*

*“Na verdade, estamos regredindo, então o número de mulheres desempregadas no país aumentou, o número de mulheres pobres aumentou, o número de mulheres ocupando o ministério do Brasil diminuiu, embora a gente tenha aumentado 3% nas câmaras legislativas depois das eleições de 2018. O que é muito pouco por sermos mais de 50% da população. A quantidade de recurso para o atendimento das mulheres em situação de violência diminuiu. Existem processos de lei para proibir o acesso das mulheres ao aborto legal.”*

- 7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?

*“Acho que já era um desafio mostrar para as pessoas que a agenda das mulheres era importante. Então, a gente já tinha um desafio muito grande. Não tem como dizer que o Brasil virou machista em 2019. Eu acho que vai ser mais difícil ainda dialogar com as pessoas e explicar a elas porque é importante a gente trabalhar as questões das mulheres, eu acho que para além, tem uma coisa que é o seguinte, a gente vai monitorar, mas, eu acho que essa coisa do acesso aos dados pode ser pior. Vai ser ainda mais difícil conseguir o acesso aos dados, mas eles vão estar aí, porque os dados do feminicídio se você ver está saindo no Jornal Nacional todos os dias ... eu acho que construir essa solidariedade, vai ser muito difícil. As pessoas podem ver os dados, - “mas para que os direitos das mulheres? Está todo mundo pobre ...” - a gente tem um desafio muito grande que é continuar mostrando que é preciso de muito trabalho para as questões das mulheres e que elas precisam sim ser a prioridade das políticas públicas. Eu acho que tem um desafio da solidariedade de mostrar para o Brasil, que o governo tem um papel responsável nessa questão, como a gente já viu, as declarações do presidente. Dentre desafios, eu acho que o*

*principal é trazer a sociedade civil ou o público em geral para compreender a importância de a gente traçar essas metas coletivas mundiais e do quanto estamos longe para isso.”*

#### 4.2.2. Visão Mundial (World Vision)

A Visão Mundial é uma organização cristã de desenvolvimento e resposta às situações de emergência sediada em Brasília. Atua no Brasil desde 1975, trabalhando com programas e projetos nas áreas de proteção, educação, *advocacy* e emergência, priorizando crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidades diversas.<sup>34</sup> A representante da Visão Mundial para essa entrevista foi a Tatiane, Articuladora Regional da Juventude.

- 1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

*“Via Visão Mundial diretamente, a gente vem fazendo esse acompanhamento através da participação em redes e no caso a Visão Mundial hoje está atuando com a RMIG que a é a Rede de Meninas e Igualdade de Gênero que tem diversas organizações presentes e na verdade quem puxou essa iniciativa foi a Plan. É uma rede nova, foi criada no ano passado, e é através da rede que a gente debate essa temática. A gente debate transversalmente através da participação de outros conselhos, fóruns.”*

- 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?

*“A gente tem uma representação a nível nacional, e que no caso, compõe essa equipe da Agenda2030, nessa cúpula que tem o conselho nacional. A Visão Mundial monitora diretamente, através das estratégias nacionais.”*

- 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras?

*“Através da RMIG ficamos com a leitura do documento e de fazer ainda, no caso desse ano, a devolutiva para o IPEA. E estamos em fase desse processo. E aí vamos fazer essa análise.”*

- 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?

<sup>34</sup> Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/quem-faz/>.

“No caso, com o recorte de gênero, atualmente só a RMIG.”

- 5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?

*“Referente ao ODS5, via Visão Mundial, trabalha com o apadrinhamento de crianças e através do apadrinhamento desenvolvemos várias atividades nas comunidades com essas crianças, desde a área da cultura, educação e etc. E o que a gente observa bastante é que o apadrinhamento em si, o público alvo acaba sendo meninas. E aí a gente começou a desenvolver atividades também voltadas para as meninas. As meninas acabam sendo um alvo fácil .... Através da exploração sexual de criança e adolescentes, chegou um tempo aqui na comunidade que avançou bastante, mas depois que começamos a atuar fortemente esse índice veio a diminuir e aí desenvolvemos trabalhos comunitários com as famílias. Envolvendo as crianças sobre o processo de discussão do ECA. Como a gente atua muito com as famílias, sempre fazemos diagnóstico e pesquisa a gente tem um regulamento de proteção do apadrinhamento das crianças, a gente acompanha a criança desde o nascimento até a fase da juventude.”*

- 6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você vê como obstáculos para o monitoramento do ODS5? (Pergunta 6 foi respondida junto com a 7)
- 7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?

*“A gente está vivenciando um verdadeiro descaso nesse momento no Brasil após essa nova gestão de governo. E só para você ter uma ideia, depois que o Bolsonaro acabou assumindo a presidência, os casos não só de violência, mas a questão da lgbtfobia, da exploração sexual de adolescente, na minha visão só vem aumentando. São taxas que as pesquisas relevantes mostram que duplicaram, então a gente nota que a própria conjuntura do governo atual não se importa com esse monitoramento que a sociedade civil vem fazendo, vem acompanhando. Então o recorte de gênero não está sendo prioridade e aí algo que a ministra Damares acabou falando que:”*

*“Muitas organizações repudiaram essa postura da ministra de que não só criança, mas que a menina e o menino têm direito de usar o que ela quiser, não vai ser algo doutrinado por esse sistema que está aí. Então a gente precisa estar de olhos abertos e não deixar se levar. E nesse contexto a gente precisa estar junto pela igualdade de gênero.”*

### 4.2.3. Engaja Mundo

O Engaja Mundo é uma organização de liderança jovem e feita para jovens com abrangência nacional. O Engaja trabalha com cinco temas principais: mudanças climáticas, gênero, biodiversidade e cidades sustentáveis e os ODS. Por meio de formações, mobilização e ações de ativismo, a organização se dedica a empoderar a juventude brasileira para compreender, participar e incidir em processos políticos internacionais. Além disso, a organização reivindica também mais acesso e representação da juventude nestes processos, para que os jovens tenham cada vez mais espaço para articular suas demandas em todos os âmbitos políticos<sup>35</sup>. O representante do Engaja foi o Mathaus, Articulador do Grupo de Trabalho de Gênero.

- 1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

*“Em síntese o engaja é essa plataforma de desenvolvimento dos jovens que a gente tem uma missão muito bem delineada que é fazer o jovem brasileiro entender que se engajando socialmente ele pode mudar sua realidade. A gente atua muito nessa esfera do eu, coletivo e do político e como conseguimos fortalecer os jovens para causar a mudança nessas esferas. Dentro do nosso grupo de trabalho de gênero a gente tem acompanhado essas discussões de gênero tanto indo para conferências internacionais, como a CEDAW que acontece em NY para entender o contexto do que o Brasil está expondo de igualdade de gênero a nível internacional. Mas, também a gente faz trabalho nacional, permeados por dados, notícias que a gente tem acompanhado, por exemplo. Esse ano a gente tem que se fortalecer ainda mais essa pauta sobre questões de gênero dado ao novo governo e já temos pensado em algumas ações legais para ter durante o ano todo para as especificar a importância da temática.”*

- 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?

*“A gente acompanha os ODS desde a sua concepção.... a gente acompanhou mais de perto a criação dos ODS a partir de uma rede que a gente faz parte que hoje chama GT 2030 que já tem um trabalho bem consolidado do acompanhamento dos ODS. Dentro desse GT a gente fez parte de negociações a nível internacional, a gente participou da Assembleia Geral da ONU de 2014 e 2015 que foi justamente o processo de reedificação e desenvolvimento desses objetivos de uma forma mais ampla.”*

<sup>35</sup> Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/quem-faz/>.

- 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras?

*“Ano passado eu dei uma lida no documento anterior que tinha no site do IPEA sobre a consulta e que tinha as contribuições. Organizei e mandei para os coordenadores, mas acredito que a gente não estruturou uma devolutiva dessa proposta. Acabou sendo uma leitura individual ou uma leitura mais interna.” ... A gente participou como apoiador em 2017 no relatório luz que foi o primeiro relatório que saiu.... que foi o primeiro ano que o Brasil foi para o Fórum de Alto Nível e prestou contas sobre os ODS e contribuimos indo as reuniões, mas não tem texto nosso em 2017.”*

- 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?

*“RMIG e GT2030 não sendo a pauta máxima nossa porque dentro desse GT2030 a gente trabalha com todos os ODS.”*

- 5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?

*“Eu diria que em partes. Dado com o que já temos visto no Brasil de contexto nacional é muito difícil a gente elaborar indicadores que tenham essa abrangência sobre a pluralidade e diversidade de população que a gente tem. Dentro de todas as metas a intersecção gênero, raça é incrível porque amplia muito o leque da abordagem do monitoramento, mas ao mesmo tempo levanta o questionamento de pra quem chega esses ODS, pra quem chega essa política pública que vai discutir isso... Eu acho que os ODS se apresentam sim como uma oportunidade bacana para fazer as coisas diferentes, tem uma mensagem muito importante que é não deixar ninguém para trás, mas no fim das contas... estamos falando de um Brasil com um dos maiores países dentro do ranking do feminicídio, do assassinato de pessoas lgbt e uma série de outros marcadores e que dessa maneira o conceito em si ainda é muito elitista. Como conseguimos transbordar isso para as pessoas de fato?”*

- 6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você vê como obstáculos para o monitoramento do ODS5?

*“Eu diria que essencialmente entendendo o contexto nacional como um qualificador para isso acontecer como uma grande variável, a gente vai ter obstáculos sim ... ainda que esses indicadores tenham sido elaborados de uma forma bacana com consultas públicas com especialistas fazendo o trabalho completo e tudo isso. A gente tem uma política de governo que diverge muito desse caminho que essa política de Estado - eu entendo que os ODS são uma política de Estado - tem se colocado para ser eficaz. Então a gente tem sinalizações muito complexas desse governo sobre questões de gênero que vão sim se tornar obstáculos para a gente conseguir melhor monitorar o ODS 5 em específico...O que eu entendo que é o principal obstáculo nisso tudo é essa agenda conservadora e retrocesso que vai de novo priorizar populações já beneficiadas pelo sistema.”*

- 7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?

*“Eu vejo que os próximos anos vão ser complexos para a gente que trabalha com clima, diversidade e gênero ou que seja relacionado a um contexto social econômico e ambiental, vão ser complexos e difíceis. Isso é inevitável colocar como uma certeza, mas ao mesmo tempo eu entendo isso como uma oportunidade muito importante de fortalecimento de uma agenda comum entre sociedade civil e o terceiro setor, indústria e o próprio governo de montar uma estratégia de fortalecer essa agenda em comum passado por todos esses setores. Nesse caminho, eu acho que falando especialmente de monitoramento eu acho que é o momento mesmo de entendimento, de quais seriam os próximos passos do governo, mas que dê oportunidade da gente se unir mesmo da gente se consolidar um caminho de fortalecimento mutuo.”*

#### 4.2.4. Artigo 19

A Artigo 19 é uma organização originada em Londres (1987), mas que atua no Brasil desde 2007. Sua missão é de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. A organização se destaca ao impulsionar diferentes pautas relacionadas à liberdade de expressão e informação, entre as quais estão o combate às violações ao direito de protesto, a proteção de defensores de direitos humanos e comunicadores, a descriminalização dos crimes contra a honra, a elaboração e a implementação da Lei de Acesso à Informação, e à construção e defesa do Marco Civil da Internet<sup>36</sup>. As representantes da Artigo 19 para essa entrevista foram Júlia Rocha (Assessora de Projetos da Área de Acesso à Informação) e Joara Marchezini (Coordenadora da Área de Acesso à Informação).

- 1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

*“A Artigo 19 ajuda a monitorar temas relacionados à igualdade de gênero através da realização de pedidos de acesso à informação a órgãos responsáveis por produzir dados e informações sobre direitos da mulher (principalmente, participação política, violência contra a mulher e direitos sexuais e reprodutivos) e do monitoramento e acompanhamento de violações a mulheres comunicadoras e ativistas, oferecendo amparo legal ou mesmo ajudando a registrar, tipificar e denunciar as violações cometidas. A organização também faz parte do GT de Comunicação para a promoção da Agenda 2030 junto a outras organizações da sociedade civil.”*

<sup>36</sup> Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/quem-faz/>.

- 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?

*“A Artigo 19 fez parte dos grupos de organizações que participaram da elaboração dos ODS, tanto a nível nacional, participando de reuniões de articulação com o governo brasileiro, quanto a nível internacional, participando em reuniões das Nações Unidas. Ademais, podemos citar redes das quais também fazemos parte com outras organizações da sociedade civil, também atuantes na área (RMIG e GT de Implementação da Agenda 2030). Também desenvolvemos, junto à União Europeia, um projeto de monitoramento e promoção da Agenda 2030, para o qual atualmente priorizamos o ODS 5.”*

- 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras?

*“A organização participou de debates sobre a adequação das metas no contexto local, enfatizando a necessidade de pensar a produção de dados e informações que permitissem avaliar essas metas. Também analisamos os documentos de sugestões, as metas que tivemos no âmbito do GT de Implementação de SDGs da Sociedade Civil.”*

- 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?

*“A Artigo 19 faz parte da Rede Meninas e Igualdade de Gênero (RMIG) junto com outras organizações que lutam pelo direito à infância e pela promoção da igualdade de gênero. Nós também atuamos junto ao Grupo de Trabalho para a implementação dos SDGs e da Agenda 2030.”*

- 5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?

*“Nós acreditamos que a discussão sobre os indicadores deve ser feita em parceria com a sociedade civil a fim de se retratar um cenário mais condizente com a realidade, com a possibilidade de se construir a informação útil em formato aberto e com linguagem clara, sempre primando por recortes de gênero, raça e classe, entre outros.”*

- 6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você vê como obstáculos para o monitoramento do ODS5?

*“Nós vemos como grandes entraves para o monitoramento do ODS 5 a falta de transparência dos organismos estatais produtores de informação referente às políticas para as mulheres (pouca produção de dados sobre o tema, ausência de dados efetivamente abertos, pouca informação útil e com linguagem clara sendo produzida, etc) e a incapacidade de se construir um espaço cívico pleno para as mulheres exercerem controle social - principalmente através de silenciamento, censura e baixa presença feminina em espaços de decisão política.”*

8) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?

*“A organização ainda está avaliando, assim como o GT, como o cenário político pode afetar tanto a implementação, quanto o monitoramento dos ODS. No entanto, nos preocupam as mudanças internas do ministério dos direitos humanos, a retirada do ar de material exclusivo sobre saúde de homens trans e os discursos que ferem a dignidade de mulheres e meninas, principalmente negras, indígenas, quilombolas, LBTQIs e de classe baixa.”*

#### **4.2.5. Plan International Brasil e RMIG**

Nessa seção a Plan e a RMIG serão analisadas juntas por terem tido a mesma representante, a Viviana Santiago, Gerente de Gênero e Incidência Política da Plan e Coordenadora da RMIG.

A Plan International Brasil faz parte de uma rede internacional que trabalha com desenvolvimento comunitário centrada na criança e no adolescente, comprometida com a causa de proteção infantil. A Plan trabalha em quatro eixos Infância saudável (0 a 6 anos); Aprendizagens para uma vida ativa e saudável (7 a 17 anos); Empoderamento econômico de Jovens e Mulheres e Promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes contra a violência e riscos de desastres<sup>37</sup>.

No final de 2016, as organizações que atuam sob a bandeira de alcançar a igualdade de gênero se uniram e lançaram a Rede Meninas e Igualdade de Gênero (RMIG), que busca mobilizar a sociedade civil e o governo brasileiro para a garantia dos direitos das meninas e para a promoção de igualdade de gênero. A rede foi criada para incidir politicamente em torno da agenda 2030, especificamente no que tange o ODS5.

1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

*“Plan- Fazemos o monitoramento dos indicadores sociais baseados no CRSA - Children Rights Situation Anual Ao mesmo tempo em que monitoramos a publicação de estudos, pesquisas. Produzimos também conhecimento a partir das vozes das próprias meninas e mulheres, e fazemos acompanhamento legislativo.*

*Abrimos os dados de acesso a direito a partir do recorte de gênero e etário e com*

<sup>37</sup> Disponível em: <https://plan.org.br/como-atuamos/>.

*isso vamos identificando a situação da igualdade de gênero.”*

**“RMIG** – Na RMIG, fazemos o acompanhamento legislativo a partir do acompanhamento de PLs que estão diretamente relacionados aos direitos das meninas, seja na perspectiva de ameaça ou de garantia dos mesmos. Também temos organizações que lideram Observatórios de Direitos das Crianças e Adolescentes que desagregam os dados por gênero e idade nos possibilitam ter muito nítidos os cenários no Brasil tanto na perspectiva nacional quanto estadual.”

- 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?

**“Plan-** GT SC para a agenda 2030, fizemos parte de espaços de consulta internacionais a partir da atuação dos escritórios de Genebra e NY e nacionalmente organizamos parte dos espaços de consulta e discussão promovidos pelo governo. Atuante tanto em nível internacional, quanto em nível nacional atuamos no monitoramento.”

*“Produzimos o documento “As meninas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que funciona como um marco zero para a implementação da agenda ODS no Brasil e o apresentamos no Side Event no HLPF. Também fazemos parte do GTSC2030, e no GT atuamos na elaboração do Relatório Luz, fizemos o capítulo ODS 5. Assumimos a coordenação executiva da Rede Meninas e Igualdade de Gênero, criada por nós junto com Promundo para seguimento da Agenda ODS.”*

**“RMIG** – A RMIG nasce após o advento da agenda com objetivo de monitorar seu cumprimento, tem atuado na CNODS a partir do suporte das organizações que fazem parte da rede e está no espaço, assim como capilarizar as produções do GTSC2030.”

- 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras?

**“Plan** – Não.”

**“RMIG** – organizações participantes da RMIG enviaram sugestões para validação do grupo.”

- 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?

**“Plan** – Sim, GTSC2030, E a RMIG da qual faz a Coordenação Executiva.”

- 5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?

**“Plan-** Acreditamos que o trabalho ainda poderia ter sido melhor contextualizado,

*principalmente no que diz respeito a métricas.”*

- 6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você vê como obstáculos para o monitoramento do ODS5?

*“Plan- Não uniformização de sistemas de coletas de dados, dificuldades em obter dados desagregados por gênero, raça e idade, e dificuldade de coleta de algumas categorias que explicitaram violações de direitos.”*

*“RMIG- Idem”.*

- 7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?

*“Plan- PLAN- A agenda ODS segue sendo prioridade para a Plan International Brasil, seja pela relevância da Agenda no que concerne a um foco em um desenvolvimento sustentável que não deixe ninguém para trás, seja pela vinculação com nosso trabalho enquanto parte de uma organização global que também tem no ODS sua centralidade de esforços.*

*O contexto político no Brasil apresenta por ora uma série de desafios que nos pedem cautela, uma análise de conjuntura eficiente e uma visão de cenário legislativo que nos mostre que estratégias serão necessárias para avançar, sem se expor e ameaçar a continuidade de nossas ações.*

*Nesse sentido temos enfatizado as ações de monitoramento legislativo e construção dos perfis parlamentares para desenvolver estratégias de aproximação e construção e abertura de diálogos, também buscando organizações expertas no diálogo inter-religioso e que nos apoiem a abrir frentes para sensibilizar políticos sem perder profundidade da agenda.*

*Nossa percepção é de que em termos dos territórios locais de estados e municípios será possível continuar avançando na capilarização da agenda, sobretudo no que diz respeito a empoderamento de meninas e mulheres.*

*A atuação em Rede segue sendo percebida como estratégia mais eficiente, por isso na RMIG focaremos esforços em estruturar a rede e estabelecer a comunicação externa. Ainda não fizemos a reunião 2019, mas enquanto coordenadora da Rede, minha intenção é propor ao coletivo centrar esforços em acompanhamento legislativo, projetos de lei que estejam relacionados aos direitos das meninas, fortalecendo o advocacy em Brasília, mas também propor uma ação nos estados de complementaridade a GTSC2030 com foco em acompanhar PL nos estados e fortalecer as comissões estaduais DS.*

*“RMIG – Mantém o foco no monitoramento dos ODS e talvez buscando alianças internacionais que possam nos ajudar a impulsionar o trabalho no Brasil. Ainda que buscando cautela para evitar tensionamentos, afirmamos nosso inegociável compromisso com a agenda ODS promoção dos direitos das meninas e igualdade de gênero. Isso significa um trabalho muito bem estruturado de análise de contexto e decisão dos passos a partir de estratégias que nos permitam caminhar e seguir*

*posicionando a agenda. Esperamos avançar nos municípios e nos estados, fazendo a internalização da agenda.”*

### **4.3. Análise dos Resultados**

A ONU Mulheres dentro do sistema ONU praticou um ativismo pragmático pedindo desagregação de dados e uma maior produção de dados, mas ao mesmo tempo solicitando considerar o contexto e considerar fatores sistêmicos e históricos, como por exemplo, aplicando interseccionalidade. Essa abertura gera alguns ensinamentos. Ficam de ensinamentos da ONU Mulheres na discussão do monitoramento e avaliação de gênero dentro do sistema ONU para entender as oportunidades e desafios do monitoramento e avaliação do ODS 5 no Brasil, um país marcado pela violência de gênero e desigualdade, que é preciso manter o engajamento com a quantificação de forma pragmática combinada com análises qualitativas para constantemente melhorar a avaliação e o monitoramento do ODS

#### **1. É nesse sentido que a ONU Mulheres e as ONGs brasileiras se assemelham.**

O objetivo do presente trabalho foi mostrar como o feminismo mais pragmático trabalhando com o sistema pode ajudar a aumentar justamente a contextualização e a diversidade e a objetividade que já estão presentes e tendo em vista o forte ativismo brasileiro nesse tema também para os próximos anos de monitoramento do ODS 5.

Além das análises sobre a participação das organizações no processo, no caso da agenda feminista, são analisados nesta seção os posicionamentos acerca do monitoramento de indicadores de gênero nesse contexto político para os próximos anos e os desafios a serem enfrentados.

De acordo com a análise das recomendações feitas no Relatório Luz 2018, pelas organizações que compõe o GT Agenda 2030 e da coleta de depoimentos das organizações que trabalham com o monitoramento das questões de gênero, acerca dos principais obstáculos para o monitoramento desses indicadores do ODS5 no Brasil, foi apontado como ponto em comum a complexidade que o cenário político brasileiro vivencia há alguns anos.

O posicionamento da sociedade civil brasileira acerca do monitoramento dos indicadores de gênero no Brasil ainda está sendo avaliado pelas organizações, entretanto, a preocupação com o novo governo foi unânime, ainda sem saber como esse cenário político pode afetar tanto a implementação quanto o monitoramento do ODS 5 as organizações majoritariamente apontam os seguintes obstáculos:

- Mudanças internas nos ministérios dos Direitos Humanos;
- Cortes de investimentos em políticas públicas sensíveis a gênero;
- A retirada do ar do material exclusivo sobre saúde de homens trans;
- Discursos do presidente eleito que ferem a dignidade de mulheres e meninas, principalmente negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIs e de classe baixa;
- Falta de produção ou dificuldade de acesso aos dados sobre gênero e homogeneização dos indicadores e das métricas.
- Reconhecimento da importância da Agenda e/ou dos indicadores pela sociedade e pelo governo;
- A pluralidade e diversidade da população
- Falta de transparência
- Falta de espaços/mecanismos de participação social/popular

Vale ressaltar que essas preocupações não nasceram após as eleições de 2018. Desde o governo Temer as organizações se deparam com ações que acabam aumentando a desigualdade de gênero, como por exemplo, a extinção da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres – um dos principais desafios, por ser apontado pelo IPEA como um dos órgãos governamentais que implementavam ações que contribuem para o alcance das metas do ODS 5. Em 2016, a Lei 13.341 extinguiu todos os ministérios com agenda transversal (SEPPIR, Secretaria de Políticas para Mulheres, MDA) e, em 2018, avançam projetos de leis e normativas que retrocedem em direitos das mulheres, meninas, da população negra e população LGBTI, como as que visam impedir o acesso à informação sobre o aborto seguro e criminalizam o aborto em qualquer situação (Relatório Luz, 2018). Além disso, o governo federal promove reformas como a Trabalhista e a Previdenciária que, segundo o GT da Agenda 2030, aumentarão ainda mais a desigualdade de gênero <sup>38</sup> (Relatório Luz, 2018).

Ao mesmo tempo, mesmo enfrentando esses obstáculos, as organizações veem esse cenário também como uma oportunidade muito importante de

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec171MulherPrevidencia.pdf>.

fortalecimento de uma agenda comum entre sociedade civil e o terceiro setor, indústria e o próprio governo de montar uma estratégia de fortalecer essa agenda em comum. Além disso, ressaltam que mantêm o foco no monitoramento dos indicadores de gênero e que vão buscar alianças internacionais para impulsionar o trabalho no Brasil e também a importância de o Estado assumir sua responsabilidade.

Como dito anteriormente, os indicadores nacionais ainda estão em processo de construção. Porém, podemos avaliar que de acordo com as declarações e programas do novo governo alguns dos indicadores serão um desafio de serem construídos e posteriormente mensurar as questões de gênero, por ser um governo mais conservador e não reconhecer, por exemplo, a questão da garantia da igualdade de salários entre homens e mulheres:

“Já está na CLT. A CLT já garante salário igual para homem e mulher. E se a lei (sic) não está sendo cumprida, a quem compete resolver é a Justiça”<sup>39</sup>

“Por que o Ministério Público do Trabalho não age? Eu não tenho ingerência (sic) sobre isso. É só as mulheres denunciarem”

O atual Presidente, ainda Deputado Federal (PP-RJ) votou contra a PEC das domésticas – lei que estendeu aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos da CLT.<sup>40</sup> Além disso, o presidente em época de campanha negou a existência da cultura do estupro e de casos que se enquadram como crime de feminicídio. Em suas palavras ele propõe como formas de impedir a violência sexual, “prender e deixar preso” e “reformular o Estatuto do Desarmamento”.<sup>41</sup>

Isso posto, conclui-se que o indicador que terá mais desafios no cenário apresentado por essa seção será o Indicador 2 da meta 5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos, que irá mensurar

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-diz-que-cabe-a-justica-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres.shtml>

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-diz-que-cabe-a-justica-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres.shtml>

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/como-os-planos-de-governo-incluem-as-mulheres/>

a Taxa de feminicídio (homicídios de mulheres de 15 anos ou mais de idade, assassinadas por razões de gênero, por cada 100.000 mulheres) (SINESP/MJ, 2018). O indicador pode ser levantado anualmente – já tem sido divulgado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública – e mensura de maneira direta parte importante do fenômeno da violência contra as mulheres apesar de ainda apresentar problemas devido à não tipificação como feminicídio (IPEA, 2018). Além disso, a meta 5.2 tem como fonte o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), que reúne todas as notificações de ocorrências de saúde que se relacionem com algum tipo de violação em específico. No entanto, como o SINAN depende de que os casos cheguem até o sistema de saúde, e nem sempre as vítimas acessam o sistema, não temos real dimensão da quantidade de mulheres e meninas vítimas de violência. Seriam necessárias outras fontes. Assim, as subnotificações se constituem como principal problema para o monitoramento do ODS 5.

Outro indicador que apresenta dificuldade de ser monitorado pela sociedade civil brasileira é o indicador 5.1.1- Existência de arcabouço legal para promover, aplicar e monitorar a igualdade e não discriminação com base no sexo – da meta 5.1 é insuficiente, pois embora o país tenha leis focadas nos direitos das mulheres, a exemplo da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), importante instrumento de enfrentamento a violência de gênero, é precipitado dizer que o arcabouço legal tenha condições de “promover, aplicar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo”.

Mesmo nesse cenário alarmante o ativismo brasileiro no campo do gênero promete seguir fortemente engajado para cumprir seu compromisso com o monitoramento e avaliação do ODS 5. Assim, as prioridades das organizações nesse campo, possivelmente, para os próximos anos de acordo com os relatos analisados são:

- Realizar ações de monitoramento legislativo,
- Construir perfis parlamentares para desenvolver estratégias de aproximação, construção e abertura de diálogos,
- Buscar o apoio das organizações com expertise no diálogo inter-religioso
- Buscar a abertura de frentes com o propósito de sensibilizar políticos sem

perder a profundidade da agenda.

- Atuar em rede – proposta de uma ação nos estados de complementaridade ao GTSC2030 com o foco no monitoramento de PLs nos seus respectivos Estados.

Cabe ressaltar esse último como um ponto focal das estratégias adotadas pelas organizações entrevistadas. Nesse contexto, ação em rede tem sido junto a outras organizações, como a Rede Nacional da Primeira Infância, a Ciranda 2030, o Fórum Nacional pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, e a Estratégia ODS.

A Estratégia ODS é uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para essa agenda.

## 5. Conclusão

O presente trabalho partiu do pressuposto que se engajar com a interseção entre a produção de pesquisa quantitativa e a produção de pesquisa qualitativa é estrategicamente relevante para obter instrumentos de mensuração mais inclinados às necessidades das mulheres. A pergunta de onde se partiu foi como a sociedade civil brasileira atuante sob a bandeira de igualdade de gênero está avaliando a agenda e se preparando para monitorar o ODS5.

De acordo com as entrevistas e com a análise de relatórios elaborados pela sociedade civil brasileira, como por exemplo, o do Relatório Luz (2018)– que, para o presente trabalho serve de proxy para a sociedade civil brasileira- A sociedade civil brasileira que trabalha com o recorte de gênero está organizada e trabalhando de forma conjunta através de duas principais redes, o GT Agenda 2030 e a RMIG. A atuação em rede seguiu sendo apontada como uma estratégia mais eficiente para a avaliação e o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero nesse contexto para os próximos anos.

Dessa forma, as organizações entrevistadas buscam atuar a favor da construção de um ambiente político e institucional adequado à implementação de políticas públicas e programas em favor, no recorte do trabalho, dos direitos de meninas e mulheres, assim como a favor do cumprimento do ODS 5. Nesse sentido, uma das estratégias utilizadas é o monitoramento sistemático de proposições legislativas que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

As organizações tomaram pra si o compromisso de realizar esse monitoramento de forma compartilhada seja na produção dos textos das edições existentes e futuras do relatório luz ou na devolutiva das adaptações das metas brasileiras para os ODS, através das redes. A CNDODS se dedicou a aprofundar o trabalho de adaptações das metas e indicadores globais para a realidade brasileira e a criação de Câmara temáticas, que terão como objetivo avançar na produção de insumos para influenciar a adaptação das metas e indicadores.

Importante notar que assim como a ONU Mulheres, a sociedade civil

brasileira está engajada com as produções de conhecimento qualitativas e quantitativas como uma estratégia para a construção de instrumentos de monitoramento mais benéficos para as mulheres. O objetivo foi mostrar como o que considero um feminismo mais pragmático trabalhando com o sistema pode ajudar a aumentar justamente a contextualização, a diversidade e a objetividade que já estão presentes nos indicadores que mensuram o ODS 5.

A agenda conservadora é considerada um obstáculo para o acesso e produção aos dados, avanços legais acerca dos direitos das mulheres, cortes no investimento das políticas públicas e extinções de Mistérios e Secretarias que seriam órgãos fundamentais para monitorar os indicadores propostos pelo IPEA.

Assim, o contexto político brasileiro permeado por esses obstáculos demanda uma análise de conjuntura eficiente com uma visão de cenário legislativo que pontue quais serão as principais estratégias para avançar com a avaliação e o monitoramento dos indicadores de gênero do ODS.

Partindo do tema principal da Agenda 2030 de *não deixar ninguém para trás*, o relatório recomenda, para um futuro estudo, que essa análise de conjuntura mais apurada seja elaborada de forma coletiva, ou seja, uma forma colaborativa de produção seguindo a estratégia em rede apontada pelas organizações como, eficaz.

Isto posto, o presente trabalho entende que a sociedade civil brasileira atuante sob a bandeira de igualdade de gênero já está avaliando a agenda de forma coletiva e crucial, utilizando como principal canal participativo as redes GT 2030 e RMIG. E no atual cenário político, a sociedade civil está no processo de montar estratégias para enfrentar os resistir aos obstáculos através de seu engajamento e ao mesmo tempo se preparando para monitorar o ODS 5.

## 6. Referências Bibliográficas

AGUINAGA, Margarita et al. Development critiques and alternatives: a feminist perspective. **Beyond Development: Alternative Visions From Latin America. Amsterdam, the Netherlands: Transnational Institute/Rosa Luxemburg Foundation**, p. 41-59, 2013..

BRISOLARA, Sharon; SEIGART, Denise; SENGUPTA, Saumitra (Ed.). **Feminist evaluation and research: Theory and practice**. Guilford Publications, 2014.

CAREY, Gemma; DICKINSON, Helen; OLNEY, Sue. What can feminist theory offer policy implementation challenges?. **Evidence & Policy: A Journal of Research, Debate and Practice**, v. 15, n. 1, p. 143-159, 2019.. DOI <https://doi.org/10.1332/174426417X14881935664929>.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Routledge, 2002.

DA COSTA, Tacilla; SANTOS, Sá Siqueira; KRAYCHETE, Elsa Sousa. A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA: UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE. **CONTRA|RELATOS desde el Sur**, v. 12, n. 13, p. 25-34.

DE OLIVEIRA, Rosilainy Cristina Santos; DE CARVALHO, Ítalo Eratóstenes Chagas. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO ÂMBITO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL. **Revista Coletivo SECONBA**, v. 1, n. 01, 2017..

ESQUIVEL, Valeria. Power and the Sustainable Development Goals: a feminist analysis. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 9-23, 2016.

FUKUDA-PARR, Sakiko. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 43-52, 2016.

FUKUDA-PARR, Sakiko. Global goals as a policy tool: intended and unintended consequences. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 15, n. 2-3, p. 118-131, 2014.

FUKUDA-PARR, Sakiko; HULME, David. International norm dynamics and the “end of poverty”: understanding the Millennium Development Goals. **Global governance: a review of multilateralism and international organizations**, v. 17, n. 1, p. 17-36, 2011.

HARDING, Sandra. **Objectivity and diversity: Another logic of scientific research**. University of Chicago Press, 2015.

POWELL, Catherine. Gender indicators as global governance: not your father's World Bank. **Geo. J. Gender & L.**, v. 17, p. 777, 2016..

SACHS, Jeffrey D.; SCHMIDT-TRAUB, Guido; DURAND-DELACRE, David. Índice e Painei Preliminar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).. <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2016/02/160308-Índice-e-Painei-Preliminar- dosODS-pt.pdf>

UN Women. (n.d. a) About UN Women. Retrieved from <http://www.unwomen.org/en/aboutus/about-un-women>. Accessed March 20, 2017.  
UN Women. (n.d.b) Guiding Documents. Retrieved from <http://www.unwomen.org/en/aboutus/guiding-documents>.

UN Women. **A transformative stand-alone goal on achieving gender equality, women's rights and women's empowerment: Imperatives and key components.** New York: UN Women. (2013b).

UN Women. New UN Women report uncovers significant gaps for women's empowerment and puts forth robust agenda to shift gears. (2018a, February 14) [Press release]. Retrieved from <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2018/2/press-release-launchof-sdg-monitoring-report-gender-equality-in-the-2030-agenda>

UN Women. **Report of the expert group meeting on structural and policy constraints in achieving the MDGs for women and girls.** Mexico City: UN Women & ECLAC. (2013a).

Vandemoortele, Jan (2015). A Serene Look at the Sustainable Development Goals (SDG). CROP Poverty Brief. September 2015. <http://www.crop.org/viewfile.aspx?id=809>

## 7. Anexos

### ANEXO 1:

Metas (Nações Unidas)	Metas (Brasil)
5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas em toda parte.	5.1 – Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
Indicadores globais (Nações Unidas)	Indicadores nacionais* (Brasil)
5.1.1 – Existência de arcabouço legal para promover, aplicar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo.	Percentual de órgãos da administração pública federal direta que implantaram os dispositivos do decreto nº8.727/2016 que dispõe sobre o uso e registro social.

Metas (Nações Unidas)	Metas (Brasil)
5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.	5.2 – Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
Indicadores globais (Nações Unidas)	Indicadores nacionais* (Brasil)
5.2.1 Percentual de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que já tiveram relacionamentos, sujeitas à violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência, idade e raça/cor – Tier II.	1. Percentual de meninas de até 15 anos sujeitas à violência sexual por pessoas conhecidas ou familiares nos últimos 12 meses, por idade, lugar de ocorrência e raça/cor (Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde (MS). O indicador mensura diretamente um elemento importante da violência contra as mulheres) – Tier II.
5.2.2 Percentual de mulheres e meninas de 15 anos ou mais sujeitas à violência física, sexual ou psicológica por pessoas não íntimas outra pessoa diferente do atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência, idade, lugar de ocorrência e raça/cor – Tier II.	2. Taxa de feminicídio (homicídios de mulheres de 15 anos ou mais de idade, assassinadas por razões de gênero, por cada 100.000 mulheres) (Fonte: SINESP/ MJ. O indicador pode ser levantado anualmente – já tem sido divulgado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Mensura de maneira direta parte importante do fenômeno da violência contra as mulheres apesar de ainda apresentar problemas devido à não tipificação como feminicídio) – Tier I
Metas (Nações Unidas)	Metas (Brasil)

5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.	5.3 – Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces, forçados e de crianças e jovens, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
<b>Indicadores globais (Nações Unidas)</b>	<b>Indicadores nacionais* (Brasil)</b>
5.3.1 Percentual de mulheres com idade entre 20-24 anos que tenham sido casadas ou em união antes dos 15 e antes dos 18 anos – Tier II.	Excluir indicador global 5.3.2.
5.3.2 Percentual de meninas e mulheres com idade entre 15-49 anos que tenham sido submetidas a mutilação/corte genital feminino (MGF/C), por idade, Tier II.	

<b>Metas (Nações Unidas)</b>	<b>Metas (Brasil)</b>
5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.	5.4 - Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.
<b>Indicadores globais (Nações Unidas)</b>	<b>Indicadores nacionais* (Brasil)</b>
5.4.1 Percentual de tempo gasto no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, por sexo, idade e localidade – Tier I.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proporção de crianças que frequentam creche de 0-3 anos e frequentam educação infantil de 4 a 6 anos – fonte: PNADc, trimestral – Tier I.</li> <li>2. Proporção de crianças e jovens matriculados na Educação Básica em tempo integral – fonte: PNADc, trimestral – Tier I.</li> <li>3. Proporção das mulheres inativas de 18 a 60 anos por motivo de cuidados e afazeres domésticos – fonte: PNADc, trimestral – Tier I.</li> <li>4. Proporção de jovens de 15 a 18 anos que não trabalham nem estudam e realizam mais de 20 horas de afazeres domésticos e de cuidados – fonte: PNADc, trimestral – Tier I.</li> <li>5. Razão da participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres – fonte: PNADc, trimestral – Tier I.</li> </ol>

<b>Metas (Nações Unidas)</b>	<b>Metas (Brasil)</b>
5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
<b>Indicadores globais (Nações Unidas)</b>	<b>Indicadores nacionais* (Brasil)</b>
<p>5.5.1 Percentual de cadeiras ocupadas por mulheres no a) parlamento nacional e b) governos locais – Tier I.</p> <p>5.5.2 Percentual de mulheres em cargos gerenciais – Tier I.</p>	<p>1. Proporção de mulheres eleitas para mandato executivo municipal (Fonte: TSE. Quadrienal, mensura de forma direta uma das dimensões da meta) – Tier I.</p> <p>2. Proporção de mulheres eleitas para mandato executivo estadual (Fonte: TSE. Quadrienal, mensura de forma direta uma das dimensões da meta) – Tier I.</p> <p>3. Proporção de mulheres entre os candidatos a cargos eletivos do executivo e legislativo estadual, municipal e federal (Fonte: TSE. Quadrienal, mensura de forma direta uma das dimensões da meta) – Tier I.</p> <p>4. Proporção de mulheres entre os juízes que ocupam assento em tribunais superiores de justiça (TST, STF, STJ, TSE e STM) (Fonte: CNJ. Anual, mensura de forma direta uma das dimensões da meta) – Tier I.</p> <p>5. Proporção de mulheres que ocupam cargos de confiança do executivo federal (DAS) segundo o nível do DAS (Fonte: SIAPE. Anual, mensura de forma direta uma das dimensões da meta) – Tier I.</p> <p>6. Proporção de mulheres entre os magistrados que ingressaram no poder judiciário nos últimos 2 anos anteriores (Fonte: Censo do Judiciário/CNJ. Frequência indefinida, mensura de forma direta uma das dimensões da meta) – Tier II.</p> <p>7. Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo (Fonte: Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais).</p> <p>8. Proporção de policiais mulheres, militares e civis, segundo Unidades da Federação (Fonte: Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores sociais).</p> <p>9. Proporção de mulheres entre as carreiras típicas de estado do poder executivo que ingressaram no serviço público nos últimos 2 anos. (Fonte: SIAPE. Anual, consolidação MP).</p>

<b>Metas (Nações Unidas)</b>	<b>Metas (Brasil)</b>
------------------------------	-----------------------

<p>5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.</p>	<p>Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as intersecções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p>
<b>Indicadores globais (Nações Unidas)</b>	<b>Indicadores nacionais* (Brasil)</b>
<p>5.6.1 Percentual de mulheres de 15 a 49 anos que tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde reprodutiva – Tier III.</p> <p>5.6.2 Existência de leis e regulações que garantam o acesso pleno e igualitário a mulheres e homens com idade superior a 15 anos à saúde sexual e reprodutiva, informação e educação gerenciais – Tier III.</p>	<p>1. Cobertura de consultas pré-natal: distribuição percentual de nascidos vivos segundo o número de consultas de pré-natal (0-3 e 4 ou mais), por região. (Fonte: SINASC/DATASUS)– Anual – Tier I.</p> <p>2. Percentual de partos cesáreos no total de partos hospitalares. (Fonte: SINASC/DATASUS) – Anual – Tier I.</p> <p>3. Número de hospitalizações por complicações de aborto por idade. (Fonte: DATASUS) – Anual – Tier I.</p> <p>4. Proporção de centros de atenção à saúde que oferecem serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva integral. (Fonte: MS/ Coordenação de Saúde da Mulher) – Anual – Tier I.</p> <p>5. Número de novos casos de HIV por cada 1.000 habitantes, desagregado por sexo e população alvo (mulheres grávidas, menores de 5 anos e 15 a 24 anos). (Fonte: MS/ Coordenação DST/Aids/Indicadores.aids.gov.br) – Anual – Tier I.</p> <p>6. Variação anual dos novos casos de HIV segundo a categoria de exposição (heterossexual, homossexual, usuários de drogas injetáveis, transfusões etc). (Fonte: MS/ CoordenaçãoDST/Aids/Indicadores.aids.gov.br) – Anual – Tier I.</p> <p>7. Índice de mortalidade materna por causa, incluindo o aborto. (Fonte: DATASUS) – Anual – Tier I.</p> <p>8. Existência de legislação que permite a interrupção voluntária da gravidez de acordo com as seguintes causas: a) por simples vontade da mulher, b) por estupro ou incesto, c) em caso de perigo para a vida da mulher, d) para preservar a saúde da mulher e e) outras causas. (Fonte: Palácio do Planalto) – Anual – Tier I.</p>
<b>Metas (Nações Unidas)</b>	<b>Metas (Brasil)</b>

5.A - Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.	Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
<b>Indicadores globais (Nações Unidas)</b>	<b>Indicadores nacionais* (Brasil)</b>
5.a.1 a) Percentual da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre as terras agrícolas, por sexo; e (b) participação de mulheres entre proprietários ou detentores de direitos de terras agrícolas, por tipo de posse – Tier III.	1. Razão do valor declarado de bens e direitos entre homens e mulheres no Imposto de Renda da Pessoa Física (Fonte: Receita Federal) Anual–Tier I.
5.a.2 - Percentual de países onde o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra – Tier III.	2. Percentual de mulheres com titularidade da UH entregue pelo Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, 1,5 e 2 (Fonte: MCidades/CAIXA) Anual – Tier I.
	3. Razão do saldo de crédito de Microempreendedor Individual entre homens e mulheres (Fonte: BC) Anual – Tier I.
	4. Razão do saldo de crédito de todas as modalidades do Pronaf entre homens e mulheres (Fonte: BC) Anual – Tier I.

<b>Metas (Nações Unidas)</b>	<b>Metas (Brasil)</b>
5.B. - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.	<p>5.b.1br- Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p> <p>5.b.2br- Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p> <p>5.b.3br- Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p>

<b>Indicadores globais (Nações Unidas)</b>	<b>Indicadores nacionais* (Brasil)</b>
5.b.1 Percentual de indivíduos que possuem um telefone móvel, por sexo – Tier I.	<p>1. Proporção de usuários de computador por habilidade e sexo. (Fonte: CETIC) Anual – Tier I.</p> <p>2. Proporção de mulheres matriculadas em cursos superiores de tecnologias da informação e comunicação, computação, matemática, estatística, física e engenharias. (Fonte: Censo da Educação Superior MEC) Anual – Tier I.</p> <p>3. Proporção de mulheres bolsistas em Produtividade em Pesquisa (PQ); (Fonte: CNPq).</p> <p>4. Proporção de mulheres em comissões julgadoras e de assessoramento científico; (Fonte: MCTIC, CNPq e Capes).</p> <p>5. Proporção de mulheres em cargos de gestão na política científica e tecnológica; (Fonte: MCTIC, CNPq e Capes).</p>

<b>Metas (Nações Unidas)</b>	<b>Metas (Brasil)</b>
5c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.	Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
<b>Indicadores globais (Nações Unidas)</b>	<b>Indicadores nacionais* (Brasil)</b>
5.c.1 Existência de sistemas para monitorar e tornar transparentes as alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres – Tier III	1. Existência de sistema para monitorar as alocações federais para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (Fonte: MP/SOF) Anual – Tier II.

	<p>2. Proporção de governos estaduais com Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (Fonte: SPM) Anual – Tier I.</p> <p>3. Existência de mecanismo nacional de Políticas para as Mulheres (Fonte: Palácio do Planalto) Anual – Tier I.</p> <p>4. Existência de publicação sobre as alocações federais para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, frequente e de fácil acesso (Fonte: MP/SOF) Anual – Tier II .</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Dados concedidos pelo IPEA, no relatório de propostas de adequação das metas brasileiras 2017.

Disponível em:

[https://undime.org.br/uploads/documentos/phpmP0tIH\\_5c3749fa94450.pdf](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpmP0tIH_5c3749fa94450.pdf).

\*Nota: Os indicadores nacionais apresentados pelo relatório estão em processo de construção e serão submetidos ao processo de análise, discussão e validação pelo IBGE, IPEA e demais órgãos produtores de informação e executores de políticas governamentais.

## ANEXO 2:

[Entrevista com a Artigo 19]

### 1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

A Artigo 19 ajuda a monitorar temas relacionados à igualdade de gênero através da realização de pedidos de acesso à informação a órgãos responsáveis por produzir dados e informações sobre direitos da mulher (principalmente, participação política, violência contra a mulher e direitos sexuais e reprodutivos) e do monitoramento e acompanhamento de violações a mulheres comunicadoras e ativistas, oferecendo amparo legal ou mesmo ajudando a registrar, tipificar e denunciar as violações cometidas. A organização também faz parte do GT de Comunicação para a promoção da Agenda 2030 junto a outras organizações da sociedade civil.

### 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?

A Artigo 19 fez parte dos grupos de organizações que participaram da elaboração dos ODS, tanto a nível nacional, participando de reuniões de articulação com o governo brasileiro, quanto a nível internacional, participando em reuniões das Nações Unidas. Ademais, podemos citar redes das quais também fazemos parte com outras organizações da sociedade civil também atuantes na área (RMIG e GT de Implementação da Agenda 2030). Também desenvolvemos, junto à União Europeia, um projeto de monitoramento e promoção da Agenda 2030, para o qual atualmente priorizamos o ODS 5.

### 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras? Documento disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

A organização participou de debates sobre a adequação das metas no contexto local, enfatizando a necessidade de pensar a produção de dados e informações que permitissem avaliar essas metas. Também analisamos os documentos de sugestões as metas que tivemos no âmbito do GT de Implementação de SDGs da Sociedade Civil.

### 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?

A Artigo 19 faz parte da Rede Meninas e Igualdade de Gênero (RMIG) junto com outras organizações que lutam pelo direito à infância e pela promoção da igualdade de gênero. Nós também atuamos junto ao Grupo de Trabalho para a implementação dos SDGs e da agenda2030.

**5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?**

Nós acreditamos que a discussão sobre os indicadores deve ser feita em parceria com a sociedade civil a fim de se retratar um cenário mais condizente com a realidade, com a possibilidade de se construir a informação útil em formato aberto e com linguagem clara, sempre primando por recortes de gênero, raça e classe, entre outros.

**6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você como obstáculos para o monitoramento do ODS5?**

Nós vemos como grandes entraves para o monitoramento do ODS 5 a falta de transparência dos organismos estatais produtores de informação referente às políticas para as mulheres (pouca produção de dados sobre o tema, ausência de dados efetivamente abertos, pouca informação útil e com linguagem clara sendo produzida, etc) e a incapacidade de se construir um espaço cívico pleno para as mulheres exercerem controle social - principalmente através de silenciamento, censura e baixa presença feminina em espaços de decisão política.

**7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?**

A organização ainda está avaliando, assim como o GT, como o cenário político pode afetar tanto a implementação quanto o monitoramento dos ODS. No entanto, nos preocupam as mudanças internas do ministério dos direitos humanos, a retirada do ar material exclusivo sobre saúde de homens trans e os discursos que ferem a dignidade de mulheres e meninas, principalmente negras, indígenas, quilombolas, LBTQIs e de classe baixa.

[Entrevista Engaja Mundo]

**1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?**

O engaja é uma rede aberta de jovens que tem atuação nacional atualmente. Estamos em pelo menos 18 estados. Hoje a gente é composto de dois mil membros na rede maior que são os jovens que recebem as nossas informações e formas de engajamento e a gente tem um núcleo mais reduzidos que a gente chama de articuladores. O engaja hoje a gente continua trabalhando com 5 temas principais: mudanças climáticas, gênero, biodiversidade e cidades sustentáveis e os ODS. E a gente trabalha isso nas formas de GTs e esses GTs trabalham de forma online para conseguir ter essa amplitude de alcance dessas diversas vozes que a gente tem no Brasil todo para discutir essas temáticas.

Outra forma que a gente de organiza é através dos grupos locais. Então por exemplo, em SP tem o grupo local que trabalha através dos voluntários do engaja que também pode ser articuladores do grupo de trabalho ou não. Em síntese o engaja é essa plataforma de

desenvolvimento dos jovens que a gente tem uma missão muito bem delineada que é fazer o jovem brasileiro entender que se engajando socialmente ele pode mudar sua realidade. A gente atua muito nessa esfera do eu, coletivo e do político e como conseguimos fortalecer os jovens para causar a mudança nessas esferas.

Dentro do nosso grupo de trabalho de gênero a gente tem desenvolvido, bom o GT de gênero nasce com o engaja em 2013, desde então a gente tem acompanhado essas discussões de gênero tanto indo para conferências internacionais, como a CEDAW que acontece em NY para entender o contexto do que o Brasil está expondo de igualdade de gênero a nível internacional. Mas, também a gente faz trabalho nacional permeados por dados, notícias que a gente tem acompanhado por exemplo, a gente uma ação que a permanente que é uma ação no carnaval contra o assédio desde 2016 ela existe. Ela busca promover o combate ao assédio e as violências sexuais tanto para as mulheres e para a pauta LGBT, entendemos que existe essas violências para essas comunidades nesse período. Então durante o ano acontece muito organicamente e eu gosto de destacar esse orgânico porque depende da demanda de voluntários que fazem parte do grupo de trabalho querem discutir essas temáticas que estão em evidência. Esse ano a gente tem que se fortalecer ainda mais essa pauta sobre questões de gênero dado ao novo governo e já temos pensado em algumas ações legais para ter durante o ano todo para as especificar a importância da temática.

## **2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?**

Então, eu acho que vale voltar um pouco na história do engaja. O engaja nasce na percepção de um grupo de jovens que participou da Rio + 20 e que nessas conferências internacionais e nas conferências da onu os jovens que já estão lá são representados pelo norte global no conceito mais econômico do sentido que são países mais desenvolvidos que tem condições de mandar esses jovens para lá e fazerem suas vozes ouvidas. Isso foi percebido e o engaja foi criado nesse intuito de engajar esses jovens do sul global nesses processos internacionais de negociação e como potencializar as nossas vozes dentro desses espaços. A gente acompanha os ods desde a sua concepção que as discussões sobre pós 2015, já estava ali em 2012 e o que iríamos fazer quando acabasse os odm e quais seriam os próximos passos. Dessa conferência dessa maneira entender os espaços que poderíamos falar dentro. E também a gente acompanhou mais de perto a criação e erradicação dos ODS a partir de uma rede que a gente faz parte que hoje chama GT 2030 que já tem um trabalho bem consolidado do acompanhamento dos ods, mas que até então se chamava GT pós 2015. Dentro desse GT a gente fez parte de negociações a nível internacional, a gente participou da assembleia geral da ONU de 2014 e 2015 que foi justamente o processo de erradificação e desenvolvimento desses objetivos de uma forma mais ampla. Acho que também a gente amplificou aquela comunicação que tinha na onu, sobre meu mundo ideal, que você respondia um monte de perguntinhas de diversas áreas e participamos como através de consultas.

## **3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras? Documento disponível em:**

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

Vale ressaltar que hoje no engaja eu cuido dos voluntários da rede. Desse emaranhado de relações que a gente tem aqui então muito do meu papel é poder catar essas coisas que são destaques e incentivar os grupos que coordenam o trabalho e estão envolvidos nos grupos de trabalho a fazerem essas participações. Então ano passado eu dei uma lida no documento anterior que tinha no site do IPEA sobre a consulta e que tinha as contribuições. Organizei e mandei para os coordenadores, mas acredito que a gente não estruturou uma devolutiva dessa proposta. Acabou sendo uma leitura individual ou uma leitura mais interna.

A gente participou como apoiador em 2017 no relatório luz que foi o primeiro relatório que saiu. Que foi o primeiro ano que o Brasil foi para o fórum de alto nível e prestou contas sobre os ODS e contribuimos indo as reuniões, mas não tem texto nosso em 2017. Já em 2018 fomos chamados para contribuir na pauta de água.

#### **4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?**

RMIG e GT2030 não sendo a pauta máxima nossa porque dentro desse GT a gente trabalha com todos os ODS.

#### **5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?**

Eu diria que em partes. Dado com o que já temos visto no Brasil de contexto nacional é muito difícil a gente elaborar indicadores que tenham essa abrangência sobre a pluralidade e diversidade de população que a gente tem. Dentro de todas as metas a intersecção gênero, raça é incrível porque amplia muito o leque da abordagem do monitoramento, mas ao mesmo tempo levanta o questionamento de pra quem chega esses ods, pra quem chega essa política pública que vai discutir isso. Atualmente o engaja tem um projeto desenvolvido na Amazônia que é o engaja na Amazônia e a gente tem percebido cada vez mais como a população que vive nessa região é invisibilizada, o seu acesso aos recursos básicos é dificultado e como existem uma série de marcadores que impedem mesmo um desenvolvimento real dessas comunidades que a gente está acompanhando, seja porque o Estado não chega nesse lugar, então sobre políticas públicas voltadas a igualdade de gênero vão chegar a essas pessoas se nem o Estado consegue chegar lá. Eu acho que os ODS se apresentam sim como uma oportunidade bacana para fazer as coisas diferentes tem uma mensagem muito importante que é não deixar ninguém para trás, mas no fim das contas quando a gente faz essa negociação a nível internacional, mas a nível estatal que a gente fala em não deixar ninguém para trás a gente fala de populações que essencialmente vão ser deixadas para trás. Estamos falando de um Brasil com um dos maiores países dentro do ranking do feminicídio está em 5 lugar, dentro do assassinato de pessoas LGBT está em primeiro ainda e uma série de outros marcadores e que dessa maneira o conceito em si ainda é muito elitista. Como conseguimos transbordar isso para as pessoas de fato?

**6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você como obstáculos para o monitoramento do ODS5?**

Eu diria que essencialmente entendo o contexto nacional como um qualificador para isso acontecer como uma grande variável, a gente vai ter sim... ainda que esses indicadores tenham sido elaborados de uma forma bacana com consultas públicas com especialistas fazendo o trabalho completo e tudo isso. A gente tem uma política de governo que diverge muito desse caminho que essa política de estado que eu entendo que os ODS são uma política de estado tem que ser colocado para ser efetividade. Então a gente tem sinalizações muito complexas desse governo sobre questões de gênero que estão vão sim se tornar obstáculos para a gente conseguir melhor monitorar o ODS 5 em específico. Eu lembro que no relatório de 2017 tínhamos números muito alarmante sobre igualdade de gênero que eram voltados para a quantidade de investimentos voltadas para serviços de acolhimento de vítimas de violência doméstica eram 3 dados e um deles fala sobre essa redução de investimentos desses serviços e falava sobre delegacias especializadas em violências domésticas e ambos tinham sofrido queda de investimento em 2017 e por fim tinha um dado que era bem alarmante porque houve um investimento no serviço de denúncia por telefone.

Então quando a gente cria essa ideia no início era aquela história de que a mulher fazia a denúncia por telefone e simplesmente a outra pessoa do outro lado ia dizer para ela naquela região ou localidade que ela vive não existe assistência do Estado para mitigar o dano causado a ela. O que eu entendo que é o principal obstáculo nisso tudo é essa agenda conservadora e retrocesso que vai de novo priorizar populações já beneficiadas pelo sistema.

**7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?**

Eu vejo que os próximos anos vão ser complexos para a gente que trabalha com clima, diversidade e gênero ou que seja relacionado a um contexto social econômico e ambiental, vão ser complexos e difíceis. Isso é inevitável colocar como uma certeza, mas ao mesmo tempo eu entendo isso como uma oportunidade muito importante de fortalecimento de uma agenda comum entre sociedade civil e o terceiro setor, indústria e o próprio governo de montar uma estratégia de fortalecer essa agenda em comum passado por todos esses setores. Nesse caminho, eu acho que falando especialmente de monitoramento eu acho que é o momento mesmo de entendimento, muita profundidade de quais seriam os próximos passos do governo, mas que dê oportunidade da gente se unir mesmo da gente se consolidar um caminho de fortalecimento mutuo.

Eu diria que a produção de conhecimento quantificado é bem negativa. Hoje no engaja o maior resultado que a gente tem é desse jovem que entra na organização e passa por um ciclo de engajamento e passa pela nossa jornada que é de envolvimento e participação e de entender que ele pode fazer parte dessas contribuições. E o nosso principal resultado é justamente isso o jovem entender que ele é parte desse todo. Então como a gente relata isso para um financiador, como a gente consegue mostrar ao financiador olhar para isso como resultados qualitativos. Dizer que os jovens que passaram pela gente estão ocupando esses

lugares importantes hoje. Mas, aquele jovem que passou pela gente e não conseguiu seguir uma carreira política, estar dentro do corpo de uma grande empresa, como a gente mensura esse jovem que não ocupa esses espaços? Então pensando que cada vez mais nós temos quantificado as coisas em termos de número pra gente enquanto engaja mundo é negativo porque a gente não consegue espelhar o nosso real impacto, as falas emocionadas, o coração acelerado nos encontros nacionais, a gente não consegue colocar isso em termos numéricos o quanto é importante nosso impacto.

[Entrevista Action Aid]

Jéssica – (assessora: trabalha na área de direitos das mulheres na actionaid)

### 1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

É uma equipe liderada pelas mulheres, fazemos parte da equipe de projetos da organização. Essa equipe fica em contato direto com as organizações parceiras da ActionAid, nós somos três pessoas, Ana Paula que é coordenadora aqui do Rio, eu que sou assessora e a Ingrid também. Nós estamos as três em recife e nosso papel é facilitar e fortalecer e monitorar o trabalho no tema de direitos das mulheres na ActionAid Brasil.

Hoje a ActionAid tem no brasil a estratégia, do que chamamos de abordagem feminista, que é um tipo de abordagem que não necessariamente é de uma organização feminista, porque a AA não é uma organização feminista, temos homens e mulheres na equipe, mas é uma organização que procura na sua atuação aplicar princípios e práticas feministas no seu trabalho e procura também que as organizações parceiras que a AA também façam a mesma coisa. Temos 23 organizações parceiras no Brasil. Dessas organizações 6 são feministas : Casa Mulher do Nordeste (recife), Centro das mulheres do Cabo (PE), Centro feminista 8 de março fica em Moçoró: elas representam a marcha nacional das mulheres aqui no Brasil, Coletivo de mulheres de trabalhadoras rurais no Maranhão, Movimento de trabalho das mulheres rurais de alagoas – essas ultimas que eu falei são parte de um movimento das trabalhadoras rurais do Nordeste e um movimento interestadual de mulheres quebradoras de coco do Babaçu que a sede é no Maranhão, mas fica em 4 estados brasileiros.

Ai a gente procura principalmente com essas organizações também, desenvolver campanhas de advocacy voltadas para a garantia da igualdade de gênero. Temos três áreas prioritárias O direito como cidade seguras para as mulheres, tivemos uma campanha que se encerrou há dois anos atrás, no qual a gente incidia nos serviços sensíveis a gênero compreendendo que o direito das cidades e a segurança das mulheres na cidade estava relacionada com o seu direito à cidade, ou seja, precisávamos garantir que essas mulheres tivessem condições de ter acesso à essa cidade, que a questão de segurança das mulheres não era apenas uma questão de segurança pública, mas sobretudo uma questão de cidadania, ou seja trabalhamos fortemente nesse eixo. Trabalhamos também com mulheres e agroecologia no qual a gente procura fortalecer o processo de segurança alimentar das famílias e organizações rurais que a gente trabalha a partir da visibilização e incentivo do trabalho das mulheres rurais. A gente questiona por exemplo, a sobrecarga de trabalho que essas mulheres tem, a gente inclusive faz parte de uma rede que trabalha a campanha sobre a distribuição do trabalho doméstico, procure incidir com políticas públicas que facilite a produção dessas mulheres

compreendendo que tanto a participação política das mulheres como autonomia econômica dessas mulheres são passos importantes para a superação da violência e a gente criou agora no final do ano passado uma terceira área que é mulheres e políticas no qual a gente está trabalhando e incidindo para monitorar e fortalecer a participação política das mulheres nos espaços de poder. Isso a gente fala desde o sindicato, passando pelas ongs e até a presidência da república. A partir dessas três áreas a gente procura fazer essa incidência tanto por campanhas como por advocacy tanto por ações de empoderamento fortalecer a temática de direitos das mulheres.

Em relação aos ODS temos um relatório que estamos conversando agora – a ideia é que a gente produza todos os anos- de monitoramento da situação da pobreza no brasil usando como referência os indicadores dos ODS e a gente também compõe o GT 2030 que é um GT formado por diversas organizações da sociedade civil inicialmente puxado pelas Gestos para conseguir essas proximidade e a gente compõe monitorando o ODS relacionado à fome, educação e o ODS 5 e o de direito a cidades também. Aí a gente procura nessa incidência de monitoramento dos ODS tentar fazer sempre em rede como uma forma de fortalecer o posicionamento que a gente vai ter. Faz mais sentido ter um monitoramento pelo um GT de diversas organizações da sociedade civil que somam conhecimento e esforços nesse monitoramento do que a AA sozinha lançar o posicionamento sobre os ODS e etc. A gente sempre procura nesse espaço específico trabalhar em rede, embora agora a gente, esteja nesse processo de lançar esse relatório separado, mas esse relatório não vai monitorar apenas os ODS ele também vai trazer histórias de comunidades que a gente trabalha. Ele é um pouco mais amplo que a temática dos ODS.

## **2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?**

Então, internacionalmente a gente tem pessoas que participaram desse processo, mas a AA Brasil em si, não teve nesse espaço de formulação, quem teve mais próximo desse processo foi o Chico, mas a gente de direitos das mulheres brasil não teve nesse processo de formulação desses indicadores do ODS5.

## **3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras? Documento disponível em: \_**

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

Não.

## **4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?**

A rede que a gente faz parte que tem como principal proposta esse monitoramento é realmente esse GT 2030. As outras são com diálogos que esse ODS passa muito

transversalmente. – GT2030 tem uma agenda lançada todo ano.

### **5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?**

Eu acho que os indicadores como estão lá, como são internacionais eu entendo que o nosso trabalho não esteja lá espelhado por exemplo esse trabalho da produção econômica as mulheres em relação a soberania alimentar, essa parte não aparece muito e é uma coisa que poderia estar ou por exemplo o acesso das mulheres aos serviços públicos sensíveis a gênero. Mas, ao mesmo tempo, por exemplo, levantasse um debate sobre o trabalho doméstico, fala sobre essa divisão do trabalho, participação política das mulheres tem um indicador só pra isso.

Tem uns também sobre acesso a propriedade, para que as mulheres consigam produzir, as mulheres rurais são muito privadas de água. As quebradoras de coco têm o principal bem de produção negado a elas o tempo todo. Esse 5.6<sup>a</sup> ele é muito importante pra gente também e ele tangencia um pouco essas coisas das mulheres rurais. É isso eu acho que eles são bons, mas abarcam tudo que fazemos não. O que eu acho que é impossível também – fazendo a advogada do diabo aqui.

### **6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você como obstáculos para o monitoramento do ODS5?**

Eu acho que para o obstáculo de monitoramento no Brasil, tem um obstáculo que é muito complicado que é o seguinte. O Brasil já tem uma dificuldade muito grande de produção de dados oficiais sobre a população brasileira, diversas coisas que você procurar, você não vai encontrar com facilidade. Por exemplo, você quer procurar quantas famílias no Brasil tem acesso ao saneamento básico, tu podes colocar aí no google, você vai encontrar uma pesquisa muito aleatória, números completamente diferentes dos institutos de pesquisas específicos e etc. E aí quando nos voltamos para o assunto de direitos das mulheres, por ele não ser uma prioridade, a gente tem menos produção de conhecimento ainda, então assim, por exemplo, nós temos o número do [15:14] habitacional no Brasil, a gente não sabe dentro desse número do [...] habitacional o quanto de mulheres tem aí. A última vez que levantamos o número de mulheres chefes de família no Brasil foi em 2015 eu acho. Esse por exemplo é um dado superimportante para a gente fazer um retrato de como está a pobreza das mulheres no Brasil. Quanto mais mulheres chefes de família, mas pobres elas são. Esse dado é bem cruzado, a faixa salarial das mulheres que são chefes de família no Brasil. Outro dado é a estratificação do feminicídio, superdifícil, a última pesquisa relacionada ao aborto já fazem 2 anos.

Então há uma dificuldade muito grande da produção de dados no Brasil e as Organizações não tem condições e fazer porque nós somos um país de tamanho continental, as organizações vivem uma crise de financiamento enorme, então a gente não tem condições de fazer um Survey todo ano para levantar tudo isso, até mesmo os dados mais simples, como por exemplo, do orçamento, são difíceis para as organizações procurarem e encontrarem, embora estejam lá no portal de transparência pra quem tiver tempo e paciência para olhar. Então eu acho que o principal obstáculo é esse. Não sei como vai ser

a partir de agora, tudo indica que vai ser pior. Talvez nosso acesso a informação seja mais limitado. Então eu acho que o que a gente já não tinha sobre produção de conhecimento tenha menos ainda. O IPEA por exemplo, vem sofrendo boicotes desde 2016, diminuindo equipes e recursos. Então eu acho que isso tudo é um desafio, eu não sei os espaços que vamos ter enquanto sociedade civil vamos ter para ter esse tipo de informação e etc. Daqui para frente esse é um grande obstáculo.

Sobre o quanto estamos longe de cumprir essas metas, eu acho que no final do ano passado saiu um estudo do Fórum Econômico Mundial, não sei se você viu, é um estudo produzido todo ano e nesse estudo nós caímos 5 posições em 2018 de um ano para o outro, então enquanto os outros países, não sei nem se eles estão porque o conservadorismo está crescendo em tudo quanto é lugar, mas o ideal seria que estivemos evoluindo lá, de alguma forma ,para atingir essa meta sabe-se deus quando, na verdade estamos regredindo então o número de mulheres desempregadas no país aumentou, o número de mulheres pobres aumentou, o número de mulheres ocupando o ministério do Brasil diminuiu, embora a gente tenha aumentado 3% nas câmaras legislativas depois das eleições de 2018. O que é muito pouco por sermos mais de 50% da população. A quantidade de recurso para o atendimento das mulheres em situação de violência diminuiu. Existem processos de lei para proibir o acesso das mulheres ao aborto legal né? Então eu acho que é chato dizer isso, mas a situação do Brasil está piorando e a gente está cada vez mais longe de atingir todos esses indicadores que estão aí né.

## **7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?**

Olha eu acho que já era um desafio mostrar para as pessoas que a agenda das mulheres era importante. Então a gente já tinha um desafio muito grande. Não tem como dizer que o Brasil virou machista em 2019. Eu acho que vai ser mais difícil ainda dialogar com as pessoas e explicar a elas porque é importante a gente trabalhar as questões das mulheres, eu acho que para além, tem uma coisa que é o seguinte, a gente vai monitorar, a gente vai tentar os dados, eu acho que essa coisa do acesso aos dados pode ser pior. Vai ser ainda mais difícil conseguir o acesso aos dados, mas eles vão estar aí, porque os dados do feminicídio se você ver está saindo no Jornal Nacional todos os dias. Vai ser muito difícil explicar para as pessoas como é importante ter uma atenção especial para as mulheres no Brasil, eu acho que construir essa solidariedade, vai ser muito difícil. As pessoas podem ver os dados, ‘mas para que os direitos das mulheres? Está todo mundo pobre...’ eu acho que a gente tem um desafio muito grande que é continuar mostrando que é preciso de muito trabalho para as questões das mulheres e que elas precisam sim ser a prioridade das políticas públicas. Eu acho que tem um desafio da solidariedade de mostrar para o Brasil e aí o governo tem um papel responsável nessa questão, como a gente já viu, as declarações do presidente. Dentre desafios, eu acho que o principal é trazer a sociedade civil ou o público em geral para compreender a importância da gente traçar essas metas coletivas mundiais e do quanto estamos longe para isso.

[Entrevista PLAN/ RMIG]

### 1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?

**Plan-** Fazemos o monitoramento dos indicadores sociais baseados no CRSAs- Children Rights Situation Anal. Ao mesmo tempo em que monitoramos a publicação de estudos, pesquisas. Produzimos também conhecimento a partir das vozes das próprias meninas e mulheres, e fazemos acompanhamento legislativo.

Abrimos os dados de acesso a direito a partir do recorte de gênero e etário e com isso vamos identificando a situação da igualdade de gênero.

**RMIG-** Na RMIG, fazemos o acompanhamento legislativo a partir do acompanhamento de PLs que estão diretamente relacionados aos direitos das meninas, seja na perspectiva de ameaça ou de garantia dos mesmos. Também temos organizações que lideram Observatórios de Direitos das Crianças e Adolescentes que a desagregar os dados por gênero e idade nos possibilitam ter muito nítidos os cenários no Brasil tanto na perspectiva nacional quanto estadual.

### 2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?

**Plan-** GT SC para a agenda 2030, fizemos parte de espaços de consulta internacionais a partir da atuação dos escritórios de Genebra e NY e nacionalmente organizamos parte dos espaços de consulta e discussão promovidos pelo governo. Atuante tanto em nível internacional, quanto em nível nacional atuamos no monitoramento.

Produzimos o documento *As meninas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, que funciona como um marco zero para a implementação da agenda ODS no Brasil e o apresentamos no side event no HLPF, também fazemos parte do GTSC2030, e no GT atuamos na elaboração do *Relatório Luz, fizemos o capítulo ODS 5. Assumimos a coordenação executiva da Rede Meninas e Igualdade de Gênero, criada por nós junto com ProMundo* para seguimento da agenda ODS.

**RMIG-** A RMIG nasce após o advent da agenda com objetivo de monitorar seu cumprimento, tem atuado na CNODS a partir do suporte das organizações que fazem parte da rede e está no espaço, assim como capilarizar as produções do GTSC2030.

### 3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras? Documento disponível em: \_

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

**Plan-** Não

**RMIG-** organizações participantes da RMIG enviaram sugestões para validação do grupo.

### 4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?

**Plan-** Sim, GTSC2030, E a RMIG da qual faz a Coordenação Executiva

**5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?**

**Plan-** Acreditamos que o trabalho ainda poderia ter sido melhor contextualizado, principalmente no que diz respeito a métricas.

**6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você vê como obstáculos para o monitoramento do ODS5?**

**Plan-** Não uniformização de sistemas de coletas de dados, dificuldades em obter dados desagregados por gênero, raça e idade, e dificuldade de coleta de algumas categorias que explicitaram violações de direitos.

**RMIG-** Idem.

**7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?**

**Plan-** PLAN- A agenda ODS segue sendo prioridade para a Plan International Brasil, seja pela relevância da Agenda no que concerne a um foco em um desenvolvimento sustentável que não deixe ninguém para trás, seja pela vinculação com nosso trabalho enquanto parte de uma organização global que também tem no ODS sua centralidade de esforços.

O contexto político no Brasil apresenta por hora uma série de desafios que nos pedem cautela, uma análise de conjuntura eficiente e uma visão d cenário legislativo que nos mostre que estratégias serão necessárias para avançar, sem se expor e ameaçar a continuidade de nossas ações.

Nesse sentido temos enfatizado as ações de monitoramento legislativo, e construção dos perfis parlamentares para desenvolver estratégias de aproximação e construção e abertura de diálogos, também buscando organizações expertas no diálogo inter-religioso e que nos apoiem a abrir frentes para sensibilizar políticos sem perder profundidade da agenda.

Nossa percepção é de que em termos dos territórios locais de estados e municípios será possível continuar avançando na capilarização da agenda, sobretudo no que diz respeito a empoderamento de meninas e mulheres.

A atuação em Rede segue sendo percebida como estratégia mais eficiente, por isso na RMIG focaremos esforços em estruturar a rede e estabelecer a comunicação externa. Ainda não fiemos a reunião 2019, mas enquanto coordenadora da Rede, minha intenção é propor ao coletivo centrar esforços em acompanhamento legislativo, projetos de lei que estejam relacionados aos direitos das meninas, fortalecendo o advocacy em Brasília, mas também propor uma ação nos estados de complementaridade a GTSC2030 com foco em acompanhar PL nos estados e fortalecer as comissões estaduais DS.

**RMIG-** Mantem o foco no monitoramento ODS e talvez buscando alianças internacionais que possam nos ajudar a impulsionar o trabalho no Brasil. Ainda que buscando cautela para evitar tensionamentos, afirmamos nosso inegociável compromisso com a agenda ODS promoção dos direitos das meninas e igualdade de gênero. Isso significa um trabalho muito bem estruturado de análise de contexto e decisão dos passos a partir de estratégias que nos permitam caminhar e seguir posicionando a agenda.

Esperamos avançar nos municípios e nos estados, fazendo a internalização da agenda.

[Entrevista Visão Mundial]

**1) Como a organização costuma monitorar o tema da igualdade de gênero?**

Via visão mundial diretamente, a gente vem fazendo esse acompanhamento através da participação em redes e no caso a Visão Mundial hoje está atuando com a RMIG que é a Rede de meninas e igualdade de gênero que tem diversas organizações presentes e na verdade quem puxou essa iniciativa foi a Plan, é uma rede nova, foi criada no ano passado, e é através da rede que a gente debate essa temática. Diretamente a Visão Mundial não debate porque o foco na visão mundial é criança através do apadrinhamento e aí a gente debate transversalmente através da participação de outros conselhos, fóruns. A visão mundial tem diversas metodologias: dentre elas tem o NJPOP que é o monitoramento jovem de políticas públicas, trabalha com juventude então a ideia da metodologia é fazer com os grupos das comunidades periféricas aderissem a metodologia para monitorar uma política pública para a comunidade, a outra metodologia que a visão mundial veio trabalhando fortemente é o Edu Comunicação juntamente aos adolescentes o Família cuidadora que visa trabalhar com as famílias das crianças que são apadrinhadas.

**2) Quais foram os canais de participação da organização na formulação e monitoramento da Agenda 2030?**

A gente uma representação a nível nacional que é o Pereira, e ele no caso, compõe essa equipe da agenda2030, nessa cúpula que tem o conselho nacional e talz e aí a VM monitora diretamente, através das estratégias nacionais da visão mundial, no caso, o foco é educação e proteção a nível nacional. Viemos trabalhando fortemente na área da educação. Foi feita a participação no documento ‘transformando o nosso mundo’ já está até circulando já.

**3) A organização contribuiu com alguma devolutiva para as propostas de adequação das metas brasileiras? Documento disponível em: \_**

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

Através da RMIG ficamos com a leitura do documento e de fazer ainda, no caso desse ano, a devolutiva para o IPEA. E estamos em fase desse processo. E aí vamos fazer essa análise.

**4) A organização faz parte de alguma rede da sociedade civil que tenha o propósito de acompanhar e avaliar o monitoramento do ODS5?**

No caso, com o recorte de gênero, atualmente só a RMIG.

**5) Os atuais indicadores do ODS5 conseguem avaliar a realidade local das áreas de atuação da sua instituição?**

No caso, eu sou aqui da Bahia né? Referente ao ODS5, via VM, ela trabalha com o apadrinhamento de crianças e através do apadrinhamento desenvolvemos várias atividades nas comunidades com essas crianças, desde a área da cultura, educação e etc. e aí tem teatro, dança percussão e capoeira. E o que a gente observa bastante é que o apadrinhamento em si, o público alvo acaba sendo meninas. E aí a gente começou a desenvolver atividades também voltadas para as meninas. Através da própria rede, as vezes a VM, para empoderar as meninas. As meninas acabam sendo um alvo fácil né?! Através da exploração sexual de criança e adolescentes, chegou um tempo aqui na comunidade que avançou bastante, mas depois que começamos a atuar fortemente esse índice veio a diminuir e aí desenvolvemos trabalho comunitários com as famílias. Envolvendo as crianças sobre o processo de discussão do ECA. A gente discute muito isso com as crianças nos espaços que a VM atua. Como a gente atua muito com as famílias, sempre fazemos diagnóstico e pesquisa a gente tem um regulamento de proteção do apadrinhamento das crianças, a gente acompanha a criança desde o nascimento até a fase da juventude. Tem padrinho que continua padrinho até os 18, 20 anos. E aí de fato acompanhamos esses casos. Aqui na comunidade a gente ainda não sinalizou nenhum caso de casamento infantil. Tivemos só recentemente um casal de uma criança apadrinhada da VM e aí o pessoal acompanhou ela, e ela acabou engravidando e aí a gente descobriu que o pai era um homem de 43 anos e aí tivemos todo um cuidado. A família acabou autorizando a gente a fazer esse monitoramento desse acompanhamento e aí a gente descobriu depois que na verdade o marido era o tio dela e aí teve todo um processo em cima disso. Mas aí são coisas que a gente vinha acompanhando e acionando um sistema de garantia de direitos.

**6) De acordo com a área de atuação da instituição, o que você como obstáculos para o monitoramento do ODS5 e 7) Qual o posicionamento acerca do monitoramento de indicadores de gênero do ODS5 nesse contexto político para os próximos anos?**

A gente está vivenciando um verdadeiro descaso nesse momento no Brasil após essa nova gestão de governo. E só para você ter uma ideia, depois que o Bolsonaro acabou assumindo a presidência, os casos não só de violência, mas a questão da lgbtfobia, a questão da exploração sexual de adolescente, na minha visão só vem aumentando. São taxas que as pesquisas relevantes mostram que duplicaram, então a gente nota que a própria conjuntura do governo atual não se importa com esse monitoramento que a sociedade civil vem fazendo, vem acompanhando. Então o recorte de gênero não está sendo prioridade e aí algo que a ministra Damarens acabou falando que chocou muito a gente é que ‘menina usa rosa e menino usa azul’.

Muitas organizações repudiaram essa postura da ministra de que não só criança, mas que a menina e o menino têm direito de usar o que ela quiser, não vai ser algo doutrinado por esse sistema que está aí. Então a gente precisa estar de olhos abertos e não deixar se levar. E nesse contexto a gente precisa estar junto pela igualdade de gênero.

Tem uma galera que acaba fazendo pouco caso sobre essa produção de conhecimento e acaba envolvendo a teoria e não fazendo a prática. Tipo assim, aqui na comunidade. Eu cheguei a fazer serviço social em 2013 e de lá pra eu lido muito com a prática, assim a teoria é massa porque ela dá foco, caminhos. Mas, a prática o resultado disso é o mais essencial. Então eu vejo que precisamos sair mais da teoria e ir para a prática de campos. Estar vivenciando esse processo de troca. Eu sinto um pouco de falta disso

porque geralmente vem alguns estudantes na comunidade para fazer pesquisa e acabam não dando retorno e as organizações do terceiro setor acaba ficando um pouco desacreditada. Então a gente descontrói um pouco isso e começa a dizer que quando vocês vierem a campo fazer a pesquisa, faça uma devolutiva também entendeu?! Na pratica os resultados e indicadores acaba contribuindo bastante, mas a teoria ajuda muito, então eu acho que os dois tem que andar lado a lado.